



Nº 12 - 11/06/2014

**ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO  
ORDINÁRIA DE DOIS MIL E CATORZE DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-  
NOVO, DO MANDATO 2013/2017, REALIZADA  
NO DIA ONZE DE JUNHO DE DOIS MIL E  
CATORZE**

Aos onze dias do mês de junho de dois mil e catorze, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a décima segunda reunião de dois mil e catorze da referida Câmara, do mandato dois mil e treze a dois mil e dezassete, estando presente Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Presidente da Câmara Municipal e os senhores Vereadores João Miguel Amaro Marques, Palmira Rosa Correia Bajuca Tomás Catarro, Olímpio Manuel Vidigal Galvão, Henrique José Leocádio Lopes e Susana Raquel Vicente Mendes, comigo, Mónica da Conceição Tregreira Coelho Cardoso, Assistente Técnica.

Ausente desta reunião esteve o senhor Vereador António Adriano Mateus Pinetra, por motivo de férias, falta que foi considerada justificada.

E tendo todos ocupado os seus lugares, foi pela senhora Presidente declarada aberta a reunião eram quinze horas e trinta minutos, referindo, que revelando-se de interesse analisar em primeiro lugar a proposta correspondente ao Ponto 7-A), colocou esta questão à consideração do restante executivo, a qual mereceu acordo unanime, mantendo-se, no entanto, inalterável a respetiva numeração da Ordem de Trabalhos.

**Aprovação da Ordem de Trabalhos**

Seguidamente, o Executivo aprovou por unanimidade a seguinte proposta de Ordem de Trabalhos, previamente apresentada pela senhora Presidente:

**1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA**

- A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E DIVERSOS
- B) PROJETOS MUNICIPAIS
- C) PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO EIXO 5 – APOIO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE
- D) SUSPENSÃO PARCIAL DO PDM/ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS

**2. OBRAS, ÁGUAS E SANEAMENTO**

- A) EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE MONTEMOR-O-NOVO” – AUTO DE MEDIÇÃO Nº24/CORREÇÃO
- B) EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE MONTEMOR-O-NOVO” – QUARTA REVISÃO DE PREÇOS

**3. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA**

- A) PEDIDO DE ALARGAMENTO HORÁRIO FUNCIONAMENTO – PIZZARIA SANTA LOUCURA
- B) PROCEDIMENTO DE VENDA DE BENS IMÓVEIS POR HASTA PÚBLICA – ESCOLA PRIMÁRIA DE VALE DE ANCHO

**4. AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO**

- A) ATL DE VERÃO 2013 – PAGAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE CIBORRO

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

- B)PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO EIXO 2 - PAGAMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES/2º PERÍODO /ANO LETIVO 2013/14 – UNIÃO DE FREGUESIAS DE Nª SRª DA VILA, BISPO E SILVEIRAS - REFEITÓRIO ESCOLAR DE SILVEIRAS
- C)PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO EIXO 2 - PAGAMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES/2º PERÍODO /ANO LETIVO 2013/14 – UNIÃO DE FREGUESIAS DE Nª SRª DA VILA, BISPO E SILVEIRAS - REFEITÓRIO ESCOLAR DE SÃO MATEUS
- D)PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO EIXO 2 - PAGAMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES/2º PERÍODO /ANO LETIVO 2013/14 – UNIÃO DE FREGUESIAS DE Nª SRª DA VILA, BISPO E SILVEIRAS - REFEITÓRIO ESCOLAR DE SANTIAGO DO ESCOURAL
- E)PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO EIXO 2 - PAGAMENTO DE TRANSPORTES ESCOLARES/MÊS DE JUNHO DE 2014 - RODOVIÁRIA DO ALENTEJO
- F) PROPOSTA DE CONTRATOS DE COMODATO COM A “MARCA”

## **5. CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE**

- A) PROGRAMA ESCOLAS E ESCOLINHAS DE DESPORTO – PROPOSTA DE ADESÃO DA CASA JOÃO CIDADE / NOVO GRUPO/NATAÇÃO ADAPTADA
- B)PROPOSTA DE PROTOCOLO – GRUPO UNIÃO SPORT - APOIO PARA COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO
- C)PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO – SOCIEDADE ANTIGA FILÁRMICA MONTEMORENSE “CARLISTA” – ESCOLA DE MÚSICA/ABRIL DE 2014
- D)PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO – ENSEMBLE MONTEMOR – ESCOLA DE DANÇA/MARÇO E ABRIL DE 2014
- E)PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO – ENSEMBLE MONTEMOR – ESCOLA DE MÚSICA/MARÇO E ABRIL DE 2014
- F)PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO – GRUPO DOS AMIGOS DE MONTEMOR – APOIO À UNIVERSIDADE SÉNIOR – JANEIRO A MARÇO DE 2014
- G)PROPOSTA DE ADIANTAMENTO DE SUBSIDIO ORDINÁRIO ÉPOCA 2014/15 – CARDEAIS DA AVENTURA
- H)PROPOSTA DE ADIANTAMENTO DE SUBSIDIO – GRUPO UNIÃO SPORT – ATIVIDADES COMEMORATIVAS DO CENTENÁRIO
- I) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO – GRUPO DOS AMIGOS DE MONTEMOR – APOIO PARA ALUGUER DE AUTOCARRO
- J) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO – CENTRO HIPICO D. DUARTE – APOIO PARA FESTIVAIS

## **6. ÁREA JURIDICA E DE PESSOAL**



- A) REGULAMENTO MUNICIPAL DE ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO LOCAL NO CONCELHO DE MONTEMOR-O-NOVO

## **7. AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS**

- A) EXECUÇÃO DE 14 SUPORTES PARA BICICLETAS PARA O JARDIM DE INFÂNCIA/ESCOLA BÁSICA DE FOROS DE VALE DE FIGUEIRA
- B)REARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTOS NA HERDADE DA RETORTA (FREGUESIA DE CABRELA)
- C)REARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTOS NA HERDADE DA PALHOTA (FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CORTIÇADAS DE LAVRE E LAVRE)

## **8. PROPOSTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE Nª SRA. DA VILA, BISPO E SILVEIRAS – RECUPERAÇÃO E REFUNCIONALIZAÇÃO DA ERMIDA DE SÃO PEDRO**

## **9. PROPOSTAS DE ATAS Nº09 DE 30/04/14, Nº10 DE 14/05/14 E Nº11 DE 28/05/14**

*Handwritten signatures:*  

## **10. ATENDIMENTO DE MUNICÍPES**

### **Período de antes da Ordem do Dia**

#### **Informação – Hospital de S. João de Deus**

Na abertura do período de antes da ordem do dia interveio em primeiro lugar a senhora Presidente para informar o executivo de que recentemente reuniu com o responsável do Hospital de S. João de Deus, veio transmitir que tiveram uma Auditoria, e que irá ser feita uma reestruturação devido a dificuldades financeiras, nomeadamente, redução de funcionários e serviços, mas também vão colocar outra pessoa na gestão do Hospital. Disse, ter transmitido a manifesta preocupação com esta situação e disponibilidade para colaborar, intervir, agendar uma reunião com a ARS Alentejo e a nova pessoa que vai gerir esta Instituição, dentro das possibilidades, sendo esta uma instituição de referência, não só no Concelho, mas em todo o País.

Interveio seguidamente o senhor Vereador Olímpio Galvão referindo que por ter um familiar a usufruir de tratamentos no neste Hospital, é notória a redução de pessoal existente, tornando-se prejudicial para os utentes.

Questionou ainda o senhor Vereador, quais os apoios que têm sido concedidos por parte da Câmara Municipal, uma vez que não fez parte do anterior executivo.

Em resposta ao senhor Vereador, a senhora Presidente disse que houve por parte da Câmara a cedência de terreno para a construção do novo Centro de Saúde, que dada a proximidade com o Hospital de S. João de Deus, seria um complemento. Salientou ainda que em tempos houve uma proposta, mas nunca houve nada escrito por parte da ARS para avançar com uma parceria para a criação do Parque Integrado de Saúde. Por parte da ARS nunca houve um compromisso de assegurar uma comparticipação, sendo que o Hospital de S. João de Deus é uma entidade privada.

Seguidamente o senhor Vereador Olímpio Galvão questionou se o terreno onde está o novo Centro de Saúde é da Câmara Municipal.

Interveio seguidamente o senhor Vereador João Marques esclarecendo que o terreno do novo Centro de Saúde foi permutado com o S. João de Deus, neste momento a Câmara Municipal constituiu-se dono do terreno e depois cedeu à ARS para construção do novo Centro de Saúde, ficando o S. João de Deus com outro terreno nas traseiras da Rua de D. Sancho.

Referiu ainda o senhor Vereador que a Câmara Municipal, embora não tenha competências nesta área, vai tentar ser mediadora desta situação entre o Hospital de S. João de Deus e a ARS, no sentido de garantir o sucesso da reestruturação em curso.

#### **Visita às Instalações do Novo Centro de Saúde**

De novo no uso da palavra a senhora Presidente disse que reuniu com o Dr. Robalo, Presidente da ARS Alentejo, tendo ficado agendada uma visita às instalações do novo Centro de Saúde para o dia 02 de junho de 2014, que se concretizou. Disse, que estiveram dentro das instalações, esta tudo pronto quase e equipado, no entanto, não conseguem garantir o funcionamento do serviço de atendimento permanente. A entrada em funcionamento dos serviços de saúde estão previstos para julho, mas não garantem que aquando da transição do mesmo também esteja garantido o funcionamento do SAP, embora esteja adaptado para tal.

#### **Serviço de Urgências**

Interveio seguidamente o senhor Vereador Olímpio Galvão para questionar o ponto de situação relativamente ao Serviço de Urgência Básico, discutiu-se em tempos se seria em Montemor ou em Vendas Novas, gostaria de saber se existe alguma decisão escrita de ficar em funcionamento em Montemor-o-Novo.

Sobre esta questão a senhora Presidente disse não haver nada escrito, houve algumas ações e petições contra o encerramento do Serviço de Urgências, por parte da Comissão de Utentes que fizeram chegar à ARS, mas por parte da mesma não houve nada escrito.

### **Espaço do Cidadão**

De novo no uso da palavra a senhora Presidente disse que recebeu na Câmara Municipal uma proposta vinda da Secretaria de Estado para a Modernização Administrativa, a propor um Protocolo entre a Câmara e o Estado, para funcionamento do Espaço do Cidadão. Admitindo que este tipo de Protocolo possa ser assinado com algumas entidades, têm preferência pelas Câmaras Municipais, ficando estas a assegurar todo o tipo de serviços, pessoal, espaços, equipamentos, mas não dizem mais nada, se existe alguma contrapartida, pois este tipo de serviço tem custos adicionais para os Municípios. A única coisa que se houve dizer e pela comunicação social, é que este tipo de serviço vem substituir o Serviço de Finanças, embora no documento nada seja referido. Disse ainda, a senhora Presidente que pese embora, esta proposta possa vir a ser analisada mais aprofundadamente, neste momento, entende não haver concordância com este documento, porque estão a colocar as responsabilidades e custos do Governo nos Municípios.

Interveio seguidamente a senhora Vereadora Susana Mendes questionando quais os serviços que seriam transferidos para o Balcão Único.

Sobre esta questão, o senhor Vereador Olimpio Galvão disse que não é contra a concentração dos serviços, dentro do possível e das responsabilidades de cada um.

De novo no uso da palavra a senhora Presidente disse que os serviços a transferir vêm especificados no documento, são serviços de atendimento ao público. Relativamente à descentralização de serviços, disse que, a questão é que não pode ser a todo o custo, porque os municípios estão constantemente a sofrer cortes por parte do Governo e agora querem atirar com mais responsabilidades para cima dos Municípios, sendo estas da competência do Governo.

### **Informação – Reunião do Conselho Municipal de Educação**

Interveio seguidamente o senhor Vereador João Marques para informar o executivo de que esteve presente na reunião do Conselho Municipal de Educação, sobre o encerramento de escolas no concelho de Montemor-o-Novo, onde foi votada e aprovada uma Tomada de Posição Contra o Encerramento de Escolas de Ensino Básico em Sede de Freguesia. Disse, que este documento foi votado favoravelmente por todas as entidades presentes, com direito a voto, exceto a representante da Segurança Social que se absteve por não estar mandatada para tal, uma vez que este ponto não constava da ordem de trabalhos. Estiveram também presentes representantes das freguesias em causa, mas sem direito a voto. Disse que por parte da Câmara Municipal vai fazer chegar esta tomada de posição à DGESTE e apelar à sensibilidade de quem está à frente deste processo que tenha em conta os problemas que advêm do encerramento das escolas em sede de freguesia.

### **7.ª Edição de Águas Abertas em Montemor-o-Novo**

De novo no uso da palavra o senhor Vereador João Marques informou que no passado sábado, 7 de Junho, e integrada no plano de atividades da Escola de Natação do Município, realizou-se a 7.ª edição da prova de Águas Abertas na Barragem dos Minutos em Montemor-o-Novo. Esta prova contou com a presença de cerca de 200 participantes, que embora o frio que estava não desistiram. Deixa também um agradecimento aos Bombeiros Voluntários pela colaboração na organização desta prova.

### **6ª Edição da Maratona Cidade de Montemor-o-Novo de BTT**

Continuando no uso da palavra o senhor Vereador João Marques referiu também que no passado dia 8 de Junho realizou-se a 6ª edição da Maratona Cidade de Montemor-o-Novo de BTT. Mais um evento de sucesso, esta prova contou com a presença de cerca de 400 participantes divididos pelos três percursos, a prova foi organizada pelo Grupo de Cicloturismo de Montemor-o-Novo e contou também com o apoio da Câmara Municipal.

### **Volta Aérea a Portugal em Ultraleves**

De novo no uso da palavra o senhor Vereador João Marques disse que passou por Montemor-o-Novo, no domingo, dia 8 de junho, a Volta Aérea a Portugal em Ultraleves no Aeródromo Municipal da Amendoeira, que embora não esteja inaugurado, está certificado para o feito. Esta

iniciativa, organizada pela APAU - Associação Portuguesa de Aviação Ultraleve, teve o apoio da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e dos Escuteiros, foram eles que prepararam a receção aos participantes, na confeção das refeições. Referiu ainda, que a etapa de Montemor-o-Novo, contou com a realização de vários batismos de voo, que proporcionaram momentos únicos para alguns Montemorenses, que disfrutaram de paisagens aéreas sobre a cidade de Montemor-o-Novo. Os participantes durante a tarde efetuaram uma visita turística, a alguns pontos emblemáticos da cidade de Montemor-o-Novo, tendo pernoitado em Montemor. Esta foi a única etapa no Alentejo, revelando-se uma importante mais-valia para dar a conhecer o nosso concelho e suas potencialidades, bem como para a dinamização do desporto aeronáutico. Salientou também que a cidade de Montemor foi escolhida para uma das etapas devido à nova infraestrutura - Aeródromo da Amendoeira - recentemente construída, já se encontrar certificada, e com ótimas condições para os ultraleves.

### **7º Encontro Internacional de Marionetas em Montemor-o-Novo**

Tomou novamente a palavra o senhor Vereador João Marques salientando que decorreu mais uma edição de Marionetas em Montemor-o-Novo, pela 7ª vez levado a cabo pela Alma d'Arame, com o apoio de um vasto grupo de entidades, incluindo a Câmara Municipal, tendo como objetivo a consolidação e incremento qualitativo deste festival. Neste sentido, disse que esta edição tal como as anteriores superaram as expetativas, tendo terminado também com um bom espetáculo que ficou a cargo da companhia Mecanika.

### **Concurso de Skates em Montemor-o-Novo**

Interveio seguidamente a senhora Vereadora Susana Mendes salientando que ouviu dizer que vai realizar-se em Montemor-o-Novo um concurso de Skates e que a Câmara Municipal alugou as rampas para o efeito. Questiona o senhor Vereador João Marques se não seria mais fácil a Câmara Municipal disponibilizar o material e serem os próprios intervenientes a construir as rampas.

Seguidamente o senhor Vereador João Marques disse que não é bem assim, a Câmara Municipal contratou uma entidade que vai fazer uma demonstração e um concurso integrado no Festival da Juventude que irá decorrer nos dias 20 e 21 de junho no Jardim da Estação. Haverá também várias Bandas, DJS, concursos de Fotografia, Vídeo e Desportos Radicais com Workshops e demonstrações de Skates e BMX. É um fim-de-semana dedicado aos jovens, com um vasto conjunto de atividades para o efeito.

### **Praga de Baratas no Bairro da Ché**

De novo no uso da palavra a senhora Vereadora Susana Mendes questiona o executivo se receberam na Câmara Municipal alguma informação de que existe uma praga de baratas no Bairro da Ché, provenientes dos esgotos.

Sobre esta questão a senhora Presidente disse que não tem informação sobre a situação, mas vai analisar junto dos serviços se existe algum pedido de desbaratização para além do que regularmente é feito.

## **ORDEM DE TRABALHOS**

### **1.ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA**

#### **A)PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E DIVERSOS**

No âmbito do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, fazendo uso da palavra a senhora Vereadora Palmira Catarro submeteu à consideração do executivo os seguintes processos:

#### **PROCESSOS DE LICENCIAMENTO**

De: MARIA HELENA NUNES TEIAS VACAS CORDOVIL, requerendo aprovação do projeto de legalização de muro de contenção sito na EN 4, ao Km 83,500, no prédio rústico denominado por

Rata, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, tendo como técnico responsável Ricardo Manuel da Cruz de Jesus, engenheiro técnico.

Data de entrada do requerimento: 25/03/2014 e 27/05/2014

Tem parecer da G.U. e E.P.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir de acordo com o parecer dos serviços.

De: ANGELINA DE JESUS ALVES LOPES GARCIA, requerendo aprovação do projeto de arquitetura para a obra de alteração/legalização de alpendre amovível sito na Rua António Casquinha, lote 8, freguesia de Foros de Vale de Figueira, tendo como técnico responsável Custódio Joaquim de Oliveira Barroso, agente técnico de arquitetura e engenharia.

Data de entrada do requerimento: 22/05/2013

Tem parecer da G.U.

(Foi enviado para audiência prévia em 5/06/2013 tendo a requerente se pronunciado em 10/07/2013)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir de acordo com o parecer dos serviços.

De: COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONOMICA A ALENTEJANA CRL, requerendo aprovação do projeto para a Operação de Loteamento sita na Horta do Coxo, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, tendo a responsabilidade técnica da Administração Urbanística.

Data de entrada do requerimento: 2/06/2014

Tem parecer do Arqtº João Videira

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir de acordo com o parecer dos serviços.

## **DIVERSOS**

Revogação das deliberações de Câmara de 17/04/2013 e 13/11/2013, relativas à aprovação da alteração ao loteamento e retificação da alteração ao alvará de loteamento n.º 8/86 de 22/10, que incide sobre o prédio sito na Horta do Coxo, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, e decorrente cassação do Aditamento n.º 2.

Tem parecer do Arqtº João Videira

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a revogação das deliberações de Câmara de 17/04/2013 e 13/11/2013 e cassação do Aditamento n.º 2 ao Alvará de Loteamento n.º 8/86 de 22/10.

## **B) PROJETOS MUNICIPAIS**

Interveio seguidamente o senhor Vereador João Marques submetendo à consideração do executivo a ratificação do Projeto de Requalificação do Edifício da Biblioteca Municipal Almeida Faria:

*Ratificação do despacho do Sr. Vereador João Marques de 28/05/2014: "Aprovado. Leve-se a reunião para ratificação".*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Vereador João Marques.

Projeto de execução da intervenção na escarpa junto à Torre do Anjo do Castelo

*(Ratificação do despacho do Sr. Vereador João Marques de 27/05/2014: "Aprovado, de acordo coma proposta. Envie-se à DOAS para procedimento. Leve-se a reunião para ratificação".*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Vereador João Marques.

Projetos de arruamentos e outras infraestruturas em Foros de Vale de Figueira

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os Projetos de Arruamentos e Outras Infraestruturas em Foros de Vale de Figueira.

### **C) PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO EIXO 5 – APOIO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE**

De: MARIA INÊS CASMARRINHA GAUDÊNCIO CARDOSO

Local da Obra: Courela da Fonte Boa – Reguengo, S. Mateus

Valor da obra: 7.032,10€

Valor da Participação: 3.500,00€

Data de entrada do requerimento: 2013/08/08

Tem parecer da RU para participação da obra e isenção de taxas

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a participação da obra, no valor de 3.500,00€ e isenção de taxas.

### **D) SUSPENSÃO PARCIAL DO PDM/ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS**

Intervio novamente a senhora Presidente submetendo à consideração do executivo a Suspensão Parcial do PDM/Estabelecimento de Medidas Preventivas, de acordo com a seguinte informação:

*“Para efeitos de “Suspensão Parcial do PDM e Estabelecimento de Medidas Preventivas” e estando reunidas as condições enunciadas na alínea b) do nº 2 do artº 100 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, junto se anexam os documentos necessários para envio para Reunião de Câmara e posterior aprovação pela Assembleia Municipal.*

#### **SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS**

##### **PRETENSÃO**

*A Herdade da Caneira possui em atividade uma exploração agropecuária integrada, a qual, atenta as suas características quer de inovação, quer de know how de produção, assume-se como um case study tendo sido considerada como exploração modelo por entidades nacionais e internacionais. Tais características já existentes condizem a que a sua localização seja enquadrada e equacionada como local de eleição para promover a implantação de um projeto integrado em tal segmento económico.*

*Visando tal objetivo pretende-se promover um investimento a vários níveis tendo por alicerce/ancora de sustentação uma perspectiva de complementaridade e sustentabilidade alicerçada em 3 níveis, designadamente:*

- Industrial - desenvolvimento da unidade de produção e transformação;*
  - Agrícola - Desenvolvimento de unidade de produção e desenvolvimento de espécies agrícolas cerealíferas;*
  - Investigação na componente energética - desenvolvimento e utilização de energias alternativas visando a auto sustentabilidade e a eliminação parcial dos resíduos da atividade no processo;*
- Sendo um projeto integrado, é condição sine qua non do projeto de investimento a execução na sua plenitude sob pena de não exequibilidade.*

*Tendo por fundamento as características da atividade agropecuária já desenvolvida na Herdade da Caneira, designadamente em termos de produção animal, mostra-se a mesma como a localização por excelência para a implantação do presente projeto de investimento, tendo por fundamentação as potencialidades oferecidas para fomentar todo um complexo de atividades conexas que convergem para a verticalização da atividade, uma vez que em termos conceptuais as atividades projetadas para o local só se mostram viáveis dada a proximidade da unidade de produção.*

*O projeto radica em premissas inovadoras ao nível da gestão, do bem estar animal, da integração no meio ambiente e , sobretudo da minoração de impactos.*



*Trata-se de uma unidade integrada radicada numa política traduzida na não realização de custos de investimento acrescidos através da utilização de economias de escala, baseando-se no fator proximidade, em especial no aproveitamento e transformação de toda a produção quer de natureza animal, quer cerealífera, colmatando o processo com a eliminação de parte significativa dos efluentes produzidos para a produção de biogás.*

*Deste modo, verifica-se que o projeto é marcado por uma elevada consciência ambiental uma vez que os produtos/resíduos serão reaproveitados quer para produção de energia, quer para adubação por métodos não químicos das explorações cerealíferas de milho, verificando-se a total utilização dos dejetos produzidos pelos suínos em biogás e azoto.*

*O projeto de investimento apresenta as seguintes componentes e faseamento:*

*1- Implantação de uma unidade industrial - Matadouro.*

*Visa o escoamento total da produção de suínos de forma a colmatar os riscos higiénico-sanitários da exploração que resultam do contacto de viaturas e pessoas externas ao processo produtivo.*

*2. Implantação de Silos para armazenamento de cereais, convergentes para a autossuficiência da unidade de produção, os quais são amovíveis e carecem de uma área de implantação reduzida. Prevê-se uma produção de milho de 400ha em 2014 e 1000ha para 2015.*

*3. Implantação de fábrica de rações para produção de alimentos compostos, exclusivo para a unidade de produção, permitindo um maior controlo alimentar.*

*4. Implantação da Unidade de produção de Biogás*

*O Objetivo consiste no melhoramento da ETAR e tratamento de efluentes suinícolas por lagunagem e o desenvolvimento de um sistema de digestão anaeróbica e valorização energética do biogás produzido, com uma área de construção reduzida e com capacidade para fornecimento total da energia necessária a todos os projetos identificados. Salienta-se que para o desenvolvimento deste projeto, é imperiosa a proximidade ao local de produção de efluentes.*

*Com a estratégia de verticalização do negócio pretende-se atingir a autossuficiência operacional para suprimir internamente as necessidades do sistema produtivo tendo como foco o controle da cadeia de valor, das tecnologias dos processos, dos produtos, do negócio e do desenvolvimento sustentado da fileira na unidade de produção, visando reduzir ao máximo o impacto que estes investimentos possam ter sobre o ambiente, os locais de implementação das estruturas estarão sempre próximos ou agregados às estruturas já existentes e sempre que possível serão utilizadas estruturas/materiais que possam ser móveis.*

## *FUNDAMENTAÇÃO DA SUSPENSÃO DO PDM*

### *1.1 - Objeto*

*A necessidade de se proceder à Suspensão Parcial do Plano Diretor de Montemor-o-Novo (PDM), na área indicada na planta anexa, resulta da necessidade de implementação de um projeto de investimento associado à exploração agropecuária já existente com uma componente industrial, agrícola e investigação na componente energética, cujo valor de investimento estimado será de 8.000.000,00 (oito milhões de euros) contribuindo para a criação de 150 novos postos de trabalho diretos /indiretos na sua implementação e fixando o número de trabalhadores após a sua implantação em cerca de 80 trabalhadores.*

*Este projeto que se considera em consonância com os pressupostos de desenvolvimento sustentado do concelho e com uma forte componente tecnológica e de investigação associada, apresenta-se como uma mais valia em termos económicos, financeiros e sociais para o concelho, intervenção que no atual contexto socioeconómico, consideramos revestir-se, de interesse público municipal/regional, e que encontra impedimentos de execução nas disposições do PDM em vigor.*

### *1.2 - Enquadramento*

*Dadas as características do projeto, considera-se que se "verificam circunstâncias excecionais resultantes de alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico e social local" de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro (Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT).*



### *1.3 - Fundamentação*

*Considerando que:*

- a) A implementação um projeto de investimento integrado com a exploração pecuária existente e aliando as componentes industrial, agrícola e de investigação energética é um investimento que o Município de Montemor-o-Novo considera importante para o desenvolvimento socioeconómico e uma mais valia para o concelho, reconhecendo um forte efeito estruturante e multiplicador para a dinamização económica e competitividade empresarial, bem como, para a geração de emprego;*
- b) O projeto apresentado se insere nos princípios e objetivos da carta estratégica do concelho de Montemor-o-Novo 2007-2017, nomeadamente no que se refere à dinamização da atividade empresarial pela atração de novos investimentos, consolidação e incremento das atividades existentes, do reforço da capacidade competitiva e da diversificação de atividades económicas em espaço rural, na afirmação do concelho como produtor de bens agroalimentares de qualidade, na promoção do emprego e na qualificação dos recursos humanos.*
- c) O projeto vai de encontro ao preconizado nos eixos estratégicos de desenvolvimento definidos para a Revisão do PDM.*
- d) Este projeto prevê um investimento total de 8.000.000,00 (oito milhões de euros) e a criação de mais de 150 novos postos de trabalho diretos /indiretos, fixando o número de trabalhadores após a sua implantação em cerca de 80 trabalhadores.*
- e) É um projeto marcado por uma elevada consciência ambiental uma vez que a quase totalidade dos produtos/resíduos serão reaproveitados, quer na produção de energia, quer na adubação por métodos não químicos das explorações cerealíferas de milho verificando-se a total utilização de dejetos produzidos pelos suínos, designadamente em biogás e azoto.*
- f) As atuais disposições do PDM de Montemor-o-Novo, inviabilizam a execução do projeto, uma vez que a área se encontra em Espaço Agro-florestal e estão esgotados os índices de construção.*
- g) O processo de Revisão do PDM de Montemor-o-Novo está em curso, mas os prazos previstos para a sua conclusão não se compatibilizam com o horizonte temporal aceitável para a concretização do referido projeto.*
- h) A pretensão enquadrar-se-á no âmbito da proposta de revisão do PDM de Montemor-o-Novo.*

*Face ao exposto, entende-se que:*

*1 - A Suspensão parcial do PDM e consequente estabelecimento de Medidas Preventivas, fundamentasse na impossibilidade de execução do projeto de investimento (implementação de um Matadouro, Silos para armazenamento de cereais, fábrica de rações e a implantação de uma unidade de produção de Biogás) associados à exploração pecuária existente, à luz das atuais regras do Plano Diretor Municipal, embora apresentando um relevante interesse para o desenvolvimento socioeconómico do concelho.*

### *1.4 - Âmbito/incidência territorial*

*A área para a qual se propõe a suspensão parcial do PDM e o estabelecimento de Medidas Preventivas é de 455,925 ha correspondente aos prédios descritos na Conservatória do Registo Predial sob os n. os 1205/20040213 e 1234/20050609, ambos inscritos na matriz rustica sob o artigo 1, secção X (parte), denominados Herdade da Caneira, sitos na União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre e encontra-se definida na Planta anexa.*

### *1.5 - Âmbito temporal/prazo*

*As Medidas Preventivas entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República e caducam com a entrada em vigor da Revisão do Plano Diretor Municipal de Montemor-o-Novo, tendo como limite 2 anos, prorrogável por mais um, conforme o n.º 1 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação.*

### *1.6 - Disposições suspensas*

*Com a definição das medidas preventivas, fica suspenso o artigo 33º do Regulamento do Plano Diretor Municipal publicado no Diário da República nº4 de 5 de janeiro de 2007 pela RCM*

*Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.*

*nº2/2007 e alterado por adaptação ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo através de aviso nº1391/2011 publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 9, de 13 de janeiro de 2011, na área abrangida pelas medidas preventivas, de acordo com artigo 107º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação.*

## **MEDIDAS PREVENTIVAS A ESTABELECEM POR MOTIVO DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PDM.**

### **Artigo 1.º**

#### **Âmbito territorial e objetivos**

*São estabelecidas medidas preventivas para a área objeto de suspensão parcial do PDM de Montemor-o-Novo, na área de 455,925 hectares correspondente aos prédios descritos na Conservatória do Registo Predial sob os nºs 1205/20040213 e 1234/20050609, ambos inscritos na matriz rustica sob o artigo 1, secção X (parte), denominados Herdade da Caneira, sitos na União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, conforme planta anexa e tendo por objetivo o desenvolvimento sustentado da atividade pecuária existente.*

### **Artigo 2.º**

#### **Âmbito material**

- 1. Na área abrangida pelas medidas preventivas e considerando o objetivo referido no artigo 1º, são permitidas operações urbanísticas ou outras ações, designadamente a construção de um matadouro, silos para armazenamento de cereais, fábrica de rações e a implantação de uma unidade de produção de Biogás.*
- 2. A área bruta de construção autorizada para unidades pecuárias, industriais e agro-industriais, será a resultante da aplicação do índice 0,02, considerando globalmente à área objeto da presente suspensão.*
- 3. As operações urbanísticas referidas no número 1, estão sujeitas ao parecer vinculativo da CCDR Alentejo.*

### **Artigo 3.º**

#### **Âmbito temporal**

- 1. As Medidas Preventivas vigoram pelo prazo de 2 anos a contar da data da sua publicação no Diário da República, prorrogável por mais um ano nos termos da lei.*
- 2. Durante o prazo de vigência referido no número anterior, o Plano Diretor Municipal de Montemor-o-Novo fica suspenso na área abrangida pelas presentes medidas preventivas.*
- 3. As medidas preventivas caducam com a entrada em vigor da Revisão do PDM de Montemor-o-Novo."*

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. O documento remete-se à Assembleia Municipal para deliberação.

## **2.OBRAS, ÁGUAS E SANEAMENTO**

### **A) EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE MONTEMOR-O-NOVO" – AUTO DE MEDIÇÃO Nº24/CORREÇÃO**

Retomou a palavra a senhora Presidente submetendo à consideração do executivo substituir a Comunicação Interna Nº8 de 2014, pela Comunicação Interna Nº9, referente à empreitada acima mencionada. Pois a Comunicação Interna Nº8 está incorreto o valor da percentual apresentado, de acordo com a seguinte informação do Engenheiro Barradas:

*"Por erro da minha parte, a NOTA que consta do texto da Comunicação Interna Nº8 relativa ao Auto de Medição Nº24 é incorreta na percentagem de 4,88% nela indicada.*

*A percentagem a considerar para efeitos do reembolso do adiantamento, obtém-se dividindo o valor do adiantamento, pelo valor dos trabalhos por realizar à data de pagamento do adiantamento.*

*Efetivamente, será:*

*(Valor do Adiantamento=87.238,89€)/Valor trabalhos por realizar=632.934,51€=13,78%.*

*Em consequência parece necessário proceder à correção, ficando o texto da mesma, com a seguinte redação:*

*“Propõe-se à Câmara a aprovação do Auto de Medição nº 24, referente aos trabalhos executados pela empresa COMPORTO – Sociedade de Construções, S.A..*

*Valor dos Trabalhos – 33.822,52€*

*(Trinta e três mil, oitocentos e vinte e dois euros e cinquenta e dois cêntimos)*

*NOTA: Na faturação relativa a este Auto, deverá deduzir-se o valor correspondente ao percentual de 13,78% para reembolso do Adiantamento autorizado pela Câmara a 16 de abril de 2014.*

*Ao valor restante acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.*

*Ao abrigo dos artigos 387º a 389º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº18/2008 de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei 278/2009 de 2 de outubro.*

*Foram cumpridas todas as normas legais e regulamentares aplicáveis.”*

*Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções dos senhores Vereadores do PS, aprovar a referida correção, referente à empreitada mencionada em epígrafe.*

### **B) EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE MONTEMOR-O-NOVO” – QUARTA REVISÃO DE PREÇOS**

De novo no uso da palavra a senhora Presidente apresentou a seguinte proposta:

*“O empreiteiro OLIVEIRAS – Engenharia e Construção, S.A., apresentou a atualização do Cálculo do Valor da Revisão de preços da empreitada em epígrafe, que se traduz num total de:*

<i>Revisão de Preços</i>	<i>44.850,19€</i>
<i>Valor anteriormente faturado</i>	<i>42.561,95€</i>
<i>Total</i>	<i>2.288,24€</i>

*Total: Dois mil duzentos e oitenta euros e vinte e quatro cêntimos.*

*Ao valor indicado acresce o IVA à taxa legal em vigor.*

*Após análise deste cálculo, e de acordo com o Decreto-Lei nº 6/2004 de 6 de janeiro, propõe-se à Reunião de Câmara a aprovação do valor indicado.*

*Foram cumpridas todas as normas legais e regulamentares aplicáveis.”*

*Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a quarta revisão de preços, referente à empreitada mencionada em epígrafe.*

### **3. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA**

#### **A) PEDIDO DE ALARGAMENTO HORÁRIO FUNCIONAMENTO – PIZZARIA SANTA LOUCURA**

Seguidamente interveio a senhora Presidente submetendo à consideração do executivo a seguinte proposta:

*“Em 06 de Maio do corrente, Adriana Isabel Jordão Cacete, contribuinte n.º 209021080, através do requerimento n.º 11818/14, solicitou alargamento de horário de funcionamento do estabelecimento sito na Rua do Matadouro n.º 12 em Montemor-o-Novo, até às 04:00 h no dia 1/06/2014, para realização de evento com música ao vivo.*

*Informo que de acordo com a alínea b) artigo 3.º e ponto 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 48/96 de 15 de maio na nova redação, republicado no anexo V do decreto-lei n.º 48/2011 de 1 de abril do qual faz parte integrante, a Câmara Municipal pode alargar os limites fixados para os horários de funcionamento.*

*Compete à Câmara (Órgão Executivo) pronunciar-se sobre o alargamento do horário pretendido.”*

*O referido documento tem o seguinte despacho proferido pelo Sr. Vice-presidente: “Autorize-se o alargamento. Leve-se a reunião de Câmara para ratificação.”*

*Opino*  
*Handson*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções dos senhores Vereadores do PS, ratificar o despacho do Sr. Vice-presidente.

## **B)PROCEDIMENTO DE VENDA DE BENS IMÓVEIS POR HASTA PÚBLICA – ESCOLA PRIMÁRIA DE VALE DE ANCHO**

Intervio de novo a senhora Presidente submetendo à consideração do executivo a proposta que abaixo se transcreve:

*“Por deliberação tomada em reunião de câmara de 02 de abril de 2014, foi aprovada a alienação por hasta pública da “Escola Primária de Vale de Ancho” integrada na esfera patrimonial privada do município, destinada a serviços, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 370 e descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 12835 e inscrita a favor do município com o n.º 23758 da freguesia de Cabrela.*

*Perante a inexistência de propostas escritas para a aquisição nem interessados em licitar foi a praça considerada deserta pelo que se propõe a extinção do procedimento de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 112º do Código do Procedimento Administrativo.*

*Encontra-se em “Associados” a ata do ato público realizado no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho pelas onze horas do dia 29 de maio de 2014.*

### **ATA DO PROCEDIMENTO DE VENDA DE BENS IMÓVEIS POR HASTA PÚBLICA N.º 02/HP/2014 – ATO PÚBLICO**

*----- Pelas onze horas, do dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e catorze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho desta cidade de Montemor-o-Novo, em cumprimento da deliberação do executivo camarário, datada de dois de abril do ano em curso, que aprovou o “Procedimento de Venda de Bens Imóveis por Hasta Pública com a Referência N.º 02/HP/2014” e o tornou público através de publicação de anúncio em jornal de expansão nacional e regional, de edital afixado nos locais públicos do costume, bem como no sítio do município em [www.cm-montemornovo.pt](http://www.cm-montemornovo.pt), reuniu a comissão designada para o efeito, constituída pelos seguintes membros: Presidente da Comissão - Dr. Francisco José Tomás Catarro, Chefe de Divisão; 1º Vogal Efetivo – Dr. Luís Miguel Fonseca Ferreira, Chefe de Divisão e 2º Vogal Efetivo – Assistente Técnica, com vista à alienação do prédio urbano integrado na esfera patrimonial privada do município, designada de “Escola Primária de Vale de Ancho” sita na freguesia de Cabrela, concelho de Montemor-o-Novo, destinada a Escola do Ensino Básico desativada, inscrita na matriz predial sob o artigo 370, da já citada freguesia e concelho, e descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 12835, do livro B-35, inscrita a favor do município com o n.º 23758, a fls. 137vº do livro G-33, com o valor base de licitação de 25.172,53 € (vinte e cinco mil cento e setenta e dois euros e cinquenta e três cêntimos).* -----

*----- À hora estabelecida, o senhor presidente da comissão declarou aberta a sessão do ato público, tendo a mesma constatado a inexistência de propostas escritas e a ausência de interessados ao auto de licitação.* -----

*----- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas onze horas e quinze minutos, lavrando-se a presente ata que consta de uma página a qual vai ser assinada por todos os membros da comissão.* ----- “

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

## **4. AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO**

### **A) ATL DE VERÃO 2013 – PAGAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE CIBORRO**

De novo no uso da palavra o senhor Vereador João Marques submeteu à consideração do executivo a seguinte proposta:

*“Com o objetivo de operacionalizar e regular as condições relativas ao funcionamento dos Centros de Tempos Livres existentes no concelho de Montemor-o-Novo, foi aprovado em Reunião de Câmara de 29 de maio de 2013, o protocolo de cooperação para a criação de ATL’s de Verão a*

estabelecer com as freguesias do concelho. Nessa sequência foi estabelecido um protocolo entre este Município e a Junta de Freguesia do Cíborro.

Com base na Cláusula 2ª, Ponto 1 (7 horas/dia por monitor = 285,00 €/mês) e tendo em conta que a Junta de Freguesia contratou 9 monitores para assumir o ATL de Verão (6 monitores x 11 dias = 855,00 € + 2 monitores x 13 dias = 336,70 € + 1 monitor x 14 dias = 181,30 €), solicita-se que seja processada a verba de 1 373,00 euros, que corresponde ao valor dos 9 monitores.

Com base na mesma cláusula, Ponto 2, solicita-se também que seja processada a verba de 152,00 euros, para reembolso do material de desgaste e didático adquirido pela Freguesia para as 36 crianças que frequentaram o ATL de Verão no Cíborro, de 9 de julho a 30 de agosto de 2013.

A verba total a reembolsar à Junta de Freguesia do Cíborro, no âmbito do referido protocolo de cooperação é de 1 525,00 € (mil, quinhentos e vinte e cinco euros).”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta de pagamento.

#### **B)PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO EIXO 2 - PAGAMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES/2º PERÍODO /ANO LETIVO 2013/14 – UNIÃO DE FREGUESIAS DE Nª SRª DA VILA, BISPO E SILVEIRAS - REFEITÓRIO ESCOLAR DE SILVEIRAS**

Interviu de novo o senhor Vereador João Marques submetendo à consideração do executivo a proposta que abaixo se transcreve:

“De acordo com o Protocolo de Descentralização de Competências para o ano de 2014, para as Juntas de Freguesia, aprovado em Reunião de Câmara de 17/12/13 e Assembleia Municipal de 27/12/13, propõe-se em conformidade com a alínea l) do artº 2º e nas condições constantes do Anexo IV (Ponto 1, alínea b), o pagamento à União de freguesias de Nª Sra da Vila, Bispo e das Silveiras das verbas correspondentes à participação da Autarquia pelo fornecimento de refeições no Refeitório Escolar das Silveiras relativo ao 2º Período do Ano Letivo 2013/2014:

União de Freguesias de Nª Sra da Vila, Bispo e Silveiras - 2º Período – Refeitório das Silveiras  
Valor a Pagar.....872,50 Euros”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta de pagamento.

#### **C)PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO EIXO 2 - PAGAMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES/2º PERÍODO /ANO LETIVO 2013/14 – UNIÃO DE FREGUESIAS DE Nª SRª DA VILA, BISPO E SILVEIRAS - REFEITÓRIO ESCOLAR DE SÃO MATEUS**

De novo no uso da palavra o senhor Vereador João Marques apresentou a seguinte proposta:

“De acordo com o Protocolo de Descentralização de Competências para o ano de 2014, para as Juntas de Freguesia, aprovado em Reunião de Câmara de 17/12/13 e Assembleia Municipal de 27/12/13, propõe-se em conformidade com a alínea l) do artº 2º e nas condições constantes do Anexo IV (Ponto 1, alínea b), o pagamento à União de freguesias de Nª Sra da Vila, Bispo e das Silveiras das verbas correspondentes à participação da Autarquia pelo fornecimento de refeições no Refeitório Escolar de S. Mateus relativo ao 2º Período do Ano Letivo 2013/2014:

União de Freguesias de Nª Sra da Vila, Bispo e Silveiras - 2º Período – Refeitório de S. Mateus  
Valor a Pagar.....5 051,43 Euros”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta de pagamento.

#### **D)PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO EIXO 2 - PAGAMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES/2º PERÍODO /ANO LETIVO 2013/14 – UNIÃO DE FREGUESIAS DE Nª SRª DA VILA, BISPO E SILVEIRAS - REFEITÓRIO ESCOLAR DE SANTIAGO DO ESCOURAL**

Em nova intervenção o senhor Vereador João Marques submeteu à consideração do executivo a seguinte proposta:

*“De acordo com o Protocolo de Descentralização de Competências para o ano de 2014, para as Juntas de Freguesia, aprovado em Reunião de Câmara de 17/12/13 e Assembleia Municipal de 27/12/13, propõe-se em conformidade com a alínea l) do artº 2º e nas condições constantes do Anexo IV (Ponto 1, alínea b), o pagamento à União de freguesias de Nª Sra da Vila, Bispo e das Silveiras das verbas correspondentes à participação da Autarquia pelo fornecimento de refeições aos alunos do JI e da EBI de Santiago do Escoural e que são confeccionadas na cozinha de S. Mateus, relativo ao 2º Período do Ano Letivo 2013/2014:*

*União de Freguesias de Nª Sra da Vila, Bispo e Silveiras - 2º Período – Santiago do Escoural  
Valor a Pagar.....2 646,29 Euros”*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta de pagamento.

## **E) PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO EIXO 2 - PAGAMENTO DE TRANSPORTES ESCOLARES/MÊS DE JUNHO DE 2014 - RODOVIÁRIA DO ALENTEJO**

De novo no uso da palavra o senhor Vereador João Marques apresentou a seguinte proposta:

*“Dando cumprimento à legislação em vigor, apresenta-se em anexo a relação dos alunos que estão a ser transportados por viaturas da Rodoviária do Alentejo no mês de junho de 2014 do ano letivo 2013-2014.*

*O presente orçamento no valor total de 6 757,95 € (seis mil, setecentos e cinquenta e sete euros e noventa e cinco cêntimos) referem-se à aquisição de 242 vinhetas do mês de junho de 2014 em transporte rodoviário coletivo e inserem-se nas competências do município em matéria de transportes escolares de acordo com o Dec-Lei nº 299-84 de 5 de setembro, alterado pela Lei nº 7/2003, 15 de janeiro. (“...é da competência das Autarquias garantir o serviço de transporte aos alunos do ensino básico e secundário (oficial, particular e/ou cooperativo) que residam a mais de 3 ou 4 Kms dos Estabelecimentos de Ensino, respetivamente sem ou com refeitório...”)*

*Informamos que o valor total é de 6 757,95 €, com iva incluído à taxa em vigor, referente ao mês de junho de 2014 a ser pago à empresa “Rodoviária do Alentejo”.*

*De referir que haverá algumas situações com direito a reembolso à autarquia de uma parte do valor da vinheta, e neste mês o valor é de 716,50 €.*

*Reforço que a emissão do número de compromisso deverá ser efetuado com a máxima urgência, uma vez que poderemos correr o risco do carregamento para o mês de julho de 2014 não ser efetuado aos alunos, ficando estes impedidos de utilizar as viaturas de transportes públicos com os passes escolares.”*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido pagamento.

## **F) PROPOSTA DE CONTRATOS DE COMODATO COM A “MARCA”**

Em nova intervenção o senhor Vereador João Marques submeteu à consideração do executivo a seguinte proposta:

*No âmbito da Contrato Local de Desenvolvimento Social + (CLDS+), cuja Entidade Coordenadora é a Terras Dentro, e entidades executoras respetivamente: a Terras Dentro responsável pelo eixo 1 - Emprego, formação e qualificação, a Cercimor responsável pelo eixo 2 - Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil e a Marca responsável pelo eixo 3 - Capacitação da comunidade e das instituições, e tendo em conta o desenvolvimento das atividades previstas no Plano de Ação do CLDS+ aprovado em Reunião de Conselho Local de Ação Social de 7 de Março de 2014, existe a necessidade de estabelecer contratos de comodato (previsto no ponto 6.2.2.3 das Normas Orientadoras para a Execução dos CLDS+ / Portaria nº 135- C/2013 de 28 de Março) com a MARCA entidade executora uma vez que ficou acordado entre as entidades envolvidas (Terras Dentro, Cercimor e MARCA) que o Projeto iria funcionar nas instalações da MARCA. Para além do funcionamento do projeto em si, o Plano de Ação do CLDS+ prevê a instalação de*

uma cozinha comunitária numa das lojas do Mercado Municipal, pelo que existe também necessidade de estabelecer um contrato de comodato relativo a esta situação de forma a viabilizar o reembolso das despesas efetuadas com obras nesse espaço.

Anexa-se as duas propostas de contrato de comodato com a MARCA para deliberação do executivo.

### **PRIMEIRA PROPOSTA DE CONTRATO DE COMODATO:**

#### **CONTRATO DE COMODATO**

ENTRE,

**PRIMEIRO OUTORGANTE**

O MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO, pessoa coletiva de direito público número 506609553, com sede no edifício dos Paços do Município, Largo Paços do Concelho, em Montemor-o-Novo, representado, nos termos legais, por Hortênsia dos Anjos Chegado Menino como comodante, doravante designado como primeiro outorgante,

E

**SEGUNDO OUTORGANTE**

MARCA - Associação de Desenvolvimento Local pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos com o n.º 503 903 060, com sede no Largo General Humberto Delgado n.º 7 -1º Apartado 188, 7050 - 123 em Montemor-o-Novo, neste ato representada por Luis Jordão Nogueira de Lemos com o CC n.º 9064763 e NIF 16933949, por Marta Roque Martins de Sousa Mattioli com o CC n.º 12234062 e NIF 212013122 e, por Ricardo Manuel da Cunha Mata com o CC n.º 09613970 e NIF 201090740, na qualidade de membros da Direção da Associação, como comodatários, doravante designados como segundo outorgante,

É celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato de comodato, o qual se rege pelas cláusulas seguintes e no que for omissa pela legislação aplicável,

#### **Cláusula Primeira**

##### **(Objeto)**

O Município de Montemor-o-Novo é coproprietário do prédio urbano, sito na Rua Luís de Camões, n.º 16 em Montemor-o-Novo, da União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, que se encontra descrito na Conservatória do Registo Predial de Montemor-o-Novo, sob o n.º 298 e inscrição n.º 24661, e inscrito na matriz predial urbana, sob o artigo 153, da União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, com origem no Artigo n.º 87 da Freguesia de Nossa Senhora da Vila, com o valor patrimonial atual de 38.740,00€ (trinta e oito mil setecentos e quarenta euros).

#### **Cláusula Segunda**

##### **(Finalidade)**

Pelo presente contrato, o primeiro outorgante no âmbito do previsto nos pontos 6.2.2.2; 6.2.2.3 e 6.2.2.4 das Normas Orientadoras para execução do CLDS+ acorda ceder ao segundo outorgante, em regime de comodato, parte do imóvel compreendido por r/c e 1º andar, descrito na cláusula primeira, a título gratuito, para que este o utilize para implementação do CLDS+, bem como para desenvolvimento de atividades que constituam o seu objeto social e de interesse para o Município.

#### **Cláusula Terceira**

##### **(Utilização)**

O primeiro outorgante permite que o segundo outorgante utilize o imóvel para as finalidades descritas na cláusula segunda, e este compromete-se a respeitar integralmente as características das instalações atendendo ao fim a que se destinam, não lhe podendo dar outro uso sem expressa autorização do Município de Montemor-o-Novo, nem do mesmo fazer qualquer utilização imprudente.

#### **Cláusula Quarta**

##### **(Prazo)**

1. O presente contrato de comodato é celebrado pelo prazo de seis anos, com início na data da sua assinatura, sendo sucessivamente renovável por iguais períodos.





2. Exceccionalmente, o presente contrato cessa com a comunicação de qualquer um das partes efetuada por carta registada com aviso de receção com a antecedência mínima de 120 dias relativamente à data da desocupação.

#### *Cláusula Quinta*

##### *(Obrigações do segundo outorgante)*

Na vigência do presente contrato, o segundo outorgante obriga-se a:

1. Assumir de forma exclusiva os encargos decorrentes, entre outros, das seguintes despesas:

a) Despesas decorrentes da celebração de contratos e consumos de água, eletricidade, gás e telecomunicações;

b) Despesas necessárias à limpeza e manutenção do imóvel;

c) Pagamentos de quaisquer taxas ou tarifas;

d) Pagamento de prémios de seguro de incêndio, responsabilidade civil e todos os demais legalmente exigíveis, fazendo prova anualmente do respetivo pagamento, junto da Câmara Municipal.

2. Não afetar o imóvel a fim diverso daquele a que se destina, nos termos da cláusula segunda do presente contrato.

3. Manter as instalações em perfeito estado de conservação e segurança;

4. Remeter anualmente ao primeiro outorgante, um relatório da atividade desenvolvida, até ao mês de março do ano civil seguinte ao que respeita.

#### *Cláusula Sexta*

##### *(Compromisso)*

Pelo presente contrato de comodato, o segundo outorgante vinculasse a promover a plena utilização do equipamento, dando uso continuado e ininterrupto ao fim a que se destina o presente contrato.

#### *Cláusula Sétima*

##### *(Benfeitorias)*

1. Quaisquer obras que o segundo outorgante pretenda realizar no imóvel assim como na zona envolvente, necessitam de prévia autorização escrita do primeiro outorgante.

2. As obras de benfeitorias que se integrem no prédio comodatado ficam a fazer parte dele, não podendo o segundo outorgante reclamar do mesmo qualquer indemnização àquele título.

#### *Cláusula Oitava*

##### *(Resolução)*

1. O presente contrato poderá ser resolvido a qualquer momento pelo primeiro outorgante, caso o segundo outorgante não cumpra alguma das obrigações a que fica adstrito nos termos do presente contrato e do artigo 1135.º do Código Civil.

2. O primeiro outorgante poderá resolver de imediato o presente contrato caso o segundo outorgante não dê cumprimento ao definido na cláusula sexta por um período continuado de 30 dias.

#### *Cláusula Nona*

##### *(Norma de devolução ou entrega)*

Findo o presente contrato, o segundo outorgante entregará ao primeiro outorgante o imóvel, no mesmo estado de conservação e funcionamento em que lhe foi entregue, salvo as deteriorações inerentes a uma prudente utilização do mesmo.

#### *Cláusula Décima*

##### *(Normas Subsidiárias)*

Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes dos artigos 1129.º a 1141.º do Código Civil.

#### *Cláusula Décima Primeira*

##### *(Foro)*

O Tribunal Judicial da Comarca de Montemor-o-Novo será competente para conhecer de todas as questões e litígios emergentes do presente contrato.

O documento tem o seguinte despacho proferido pela Sra. Presidente: "Aprovado. Envie-se a reunião de Câmara para ratificação".

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da senhora Presidente.

**SEGUNDA PROPOSTA DE CONTRATO DE COMODATO:**

**CONTRATO DE COMODATO**

ENTRE,

**PRIMEIRO OUTORGANTE**

*O MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO, pessoa coletiva de direito público número 506609553, com sede no edifício dos Paços do Município, Largo Paços do Concelho, em Montemor-o-Novo, representado, nos termos legais, por Hortênsia dos Anjos Chegado Menino como comodante, doravante designado como primeiro outorgante,*

E

**SEGUNDO OUTORGANTE**

*MARCA - Associação de Desenvolvimento Local pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos com o nº 503 903 060, com sede no Largo General Humberto Delgado nº 7 -1º Apartado 188, 7050 - 123 em Montemor-o-Novo, neste ato representada por Luis Jordão Nogueira de Lemos com o CC nº 9064763 e NIF 16933949, por Marta Roque Martins de Sousa Mattioli com o CC nº 12234062 e NIF 212013122 e, por Ricardo Manuel da Cunha Mata com o CC nº 09613970 e NIF 201090740, na qualidade de membros da Direção da Associação, como comodatários, doravante designados como segundo outorgante,*

*É celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato de comodato, o qual se rege pelas cláusulas seguintes e no que for omissa pela legislação aplicável,*

**Cláusula Primeira**

**(Objeto)**

*O Município de Montemor-o-Novo é proprietário do prédio urbano, designado Mercado Municipal, sito no Largo Bento de Jesus Caraça, em Montemor-o-Novo, na União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, que se encontra descrito na Conservatória do Registo Predial de Montemor-o-Novo, sob o n.º 11030, e inscrito na matriz predial urbana, sob o artigo 769, da União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, com origem no Artigo nº 641 da Freguesia de Nossa Senhora do Bispo.*

**Cláusula Segunda**

**(Finalidade)**

*Pelo presente contrato, o primeiro outorgante no âmbito do previsto nos pontos 6.2.2.2; 6.2.2.3 e 6.2.2.4 das Normas Orientadoras para execução do CLDS+ acorda ceder ao segundo outorgante, em regime de comodato, uma loja do imóvel descrito na cláusula primeira, a título gratuito, para que este o utilize para implementação do CLDS+, nomeadamente a instalação de uma cozinha comunitária.*

**Cláusula Terceira**

**(Utilização)**

*O primeiro outorgante permite que o segundo outorgante utilize a loja do mercado para as finalidades descritas na cláusula segunda, e este compromete-se a respeitar integralmente as características das instalações atendendo ao fim a que se destinam, não lhe podendo dar outro uso sem expressa autorização do Município de Montemor-o-Novo, nem do mesmo fazer qualquer utilização imprudente.*

**Cláusula Quarta**

**(Prazo)**

*1. O presente contrato de comodato é celebrado pelo prazo de seis anos, com início na data da sua assinatura, sendo sucessivamente renovável por iguais períodos.*

*2. Excecionalmente, o presente contrato cessa com a comunicação de qualquer um das partes efetuada por carta registada com aviso de receção com a antecedência mínima de 120 dias relativamente à data da desocupação.*

*Opis*

*Handson*

*Cláusula Quinta*  
*(Obrigações do segundo outorgante)*

*Na vigência do presente contrato, o segundo outorgante obriga-se a:*

*1. Assumir de forma exclusiva os encargos decorrentes, entre outros, das seguintes despesas:*

- a) Despesas decorrentes da celebração de contratos e consumos de água, eletricidade, gás e telecomunicações;*
  - b) Despesas necessárias à limpeza e manutenção do imóvel;*
  - c) Pagamentos de quaisquer taxas ou tarifas;*
  - d) Pagamento de prémios de seguro de incêndio, responsabilidade civil e todos os demais legalmente exigíveis, fazendo prova anualmente do respetivo pagamento, junto da Câmara Municipal.*
- 2. Não afetar o imóvel a fim diverso daquele a que se destina, nos termos da cláusula segunda do presente contrato.*
- 3. Manter as instalações em perfeito estado de conservação e segurança;*
- 4. Remeter anualmente ao primeiro outorgante, um relatório da atividade desenvolvida, até ao mês de março do ano civil seguinte ao que respeita.*

*Cláusula Sexta*  
*(Compromisso)*

*Pelo presente contrato de comodato, o segundo outorgante vincula-se a promover a plena utilização do equipamento, dando uso continuado e ininterrupto ao fim a que se destina o presente contrato.*

*Cláusula Sétima*  
*(Benfeitorias)*

- 1. Quaisquer obras que o segundo outorgante pretenda realizar na loja comodatada, necessitam de prévia autorização escrita do primeiro outorgante.*
- 2. As obras de benfeitorias efetuadas na loja ficam a fazer parte dela, não podendo o segundo outorgante reclamar do mesmo qualquer indemnização àquele título.*

*Cláusula Oitava*  
*(Resolução)*

- 1. O presente contrato poderá ser resolvido a qualquer momento pelo primeiro outorgante, caso o segundo outorgante não cumpra alguma das obrigações a que fica adstrito nos termos do presente contrato e do artigo 1135.º do Código Civil.*
- 2. O primeiro outorgante poderá resolver de imediato o presente contrato caso o segundo outorgante não dê cumprimento ao definido na cláusula sexta por um período continuado de 30 dias.*

*Cláusula Nona*  
*(Norma de devolução ou entrega)*

*Findo o presente contrato, o segundo outorgante entregará ao primeiro outorgante o imóvel, no mesmo estado de conservação e funcionamento em que lhe foi entregue, salvo as deteriorações inerentes a uma prudente utilização do mesmo.*

*Cláusula Décima*  
*(Normas Subsidiárias)*

*Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes dos artigos 1129.º a 1141.º do Código Civil.*

*Cláusula Décima Primeira*  
*(Foro)*

*O Tribunal Judicial da Comarca de Montemor-o-Novo será competente para conhecer de todas as questões e litígios emergentes do presente contrato.*

*O documento tem o seguinte despacho proferido pela Sra. Presidente: “Aprovado. Envie-se a reunião de Câmara para ratificação”.*

*Deliberação:* *A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da senhora Presidente.*

*[Assinaturas manuscritas]*

## **5. CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE**

### **A) PROGRAMA ESCOLAS E ESCOLINHAS DE DESPORTO – PROPOSTA DE ADESÃO DA CASA JOÃO CIDADE / NOVO GRUPO/NATAÇÃO ADAPTADA**

De novo no uso da palavra o senhor Vereador João Marques apresentou a seguinte proposta:

*“A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo tem estabelecido um protocolo com a Casa João Cidade, no âmbito do Programa de Escolas e Escolinhas de Desporto, destinado a crianças e jovens dos 4 aos 12 anos.*

*Assim, de acordo com a Cláusula II, 1 do protocolo em vigor, e considerando que a Casa João Cidade teve um aumento da prática desportiva, propõe-se para a presente época (2013/14) a criação e dinamização de mais um grupo de atividade, onde se pretende desenvolver a modalidade de natação adaptada.”*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

### **B) PROPOSTA DE PROTOCOLO – GRUPO UNIÃO SPORT - APOIO PARA COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO**

Interveio novamente o senhor Vereador João Marques submetendo à consideração do executivo a proposta, que se transcreve:

*“No seguimento do pedido de apoio efetuado pelo Grupo União Sport, para a realização de alguns trabalhos de manutenção no Estádio 1º de Maio e a promoção das atividades no âmbito das comemorações do primeiro centenário do clube, junto se envia para aprovação superior proposta de Protocolo a ser celebrado.*

#### **PROPOSTA DE PROTOCOLO COM O GRUPO UNIÃO SPORT APOIO À REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES COMEMORATIVAS DO CENTENÁRIO DO CLUBE**

**I**

*A atividade desenvolvida pelas Associações e coletividades desportivas, tem o apoio da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo sem Fins Lucrativos.*

*Desta forma estabelece-se uma parceria entre o Município de Montemor-o-Novo e o Grupo União Sport, assente num processo contratual, para que o esforço conjugado das diferentes entidades contribua para responder às necessidades de ocupação válida e sadia do tempo livre da juventude, complemente a ação da escola, promova a dinamização dos clubes desportivos e contribua para o desenvolvimento desportivo sustentado do Município de Montemor-o-Novo.*

*Com o objetivo de garantir a rendibilidade dos meios públicos utilizados e salvaguardar a ação desenvolvida pelos clubes é celebrado entre o Município de Montemor-o-Novo e o Grupo União Sport, o presente protocolo que define as condições, incluindo os direitos e obrigações das partes outorgantes, em que o Município concede um apoio, ao abrigo do art.º 37º do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo Sem Fins Lucrativos, cujos critérios foram aprovados na reunião de Câmara do dia 2 de Maio de 2007, neste caso concreto para apoio à realização das atividades comemorativas do centenário do Grupo União Sport, nomeadamente:*

- Produção de filme sobre a vida do Clube ao longo de 100 anos de atividade;*
- Realização de exposição dos 100 anos do G.U.S.;*
- Realização de trabalhos de pintura no estádio, Sede e bancadas.*

**II**

*1 - O Município de Montemor-o-Novo garante o apoio à realização das atividades comemorativas do centenário do Grupo União Sport, no montante máximo de 30.000 €, com o cabimento nº ???, a liquidar da seguinte forma:*

- a) Mês de maio: 5.000,00 €*
- b) Mês de junho: 5.000,00 €*

*João Marques*  
*Paulo Soares*

*c) Mês de Julho, Agosto; Setembro, Outubro e Dezembro: 4.000,00 €*

*2 - A comparticipação será paga ao G.U.S., até ao dia 5 de cada mês, com início em maio de 2014, mediante apresentação de comprovativo de despesa.*

### **III**

*1 - O presente protocolo é assinado por Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e em sua representação, e pelo Sr. José Vicente Grulha na qualidade de Presidente da Direção do Grupo União Sport, entrando em vigor à data da sua assinatura."*

Em nova intervenção o senhor Vereador Olímpio Galvão disse que, anteriormente foi falado aqui em reunião de Câmara Municipal que existia um Protocolo com o Grupo União Sport (GUS) no valor de cerca de 70.000,00€ por ano para apoio há manutenção. Agora aparece aqui mais um Protocolo com o GUS de 30.000,00€ para pinturas, um filme e uma exposição. Questiona o senhor Vereador João Marques se estas pinturas não deveriam estar incluídas na manutenção.

De novo no uso da palavra o senhor Vereador João Marques disse que o primeiro Protocolo a que o senhor Vereador Olímpio Galvão se refere é para apoio às atividades gerais efetuadas ao longo do ano. Este novo Protocolo destina-se ao apoio das atividades relacionadas com as Comemorações do Centenário, especificamente para as pinturas, realização de um filme e uma exposição. Salientando, que este é um valor elevado, mas em termos de percentagem do orçamento, representa cerca de 30% do valor global.

Ainda sobre este assunto o senhor Vereador Olímpio Galvão disse que não tem nada contra o GUS, pois também é sócio e concorda que sejam concedidos apoios a estas entidades, no entanto, havendo já um Protocolo de apoio para manutenção anual, agora mais um Protocolo, ainda que seja para pinturas e concorda com o mesmo, mas para realização de filmes e exposições, em tempos de crise é dispensável, são valores muito elevados, motivo pela qual os eleitos pelo PS entendem, não votar contra, mas vão abster-se. Referiu ainda, que no Protocolo deveria constar a necessidade de apresentação, por parte do GUS, de justificação da despesa, nomeadamente, apresentação de faturas.

Tomou novamente a palavra o senhor Vereador João Marques, disse, concordar com a observação do senhor Vereador Olímpio Galvão e incluir no Ponto 2, Cláusula 2ª, do Protocolo "*...início em maio de 2014, mediante apresentação de comprovativo de despesa.*"

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções dos senhores Vereadores do PS, aprovar a referida proposta de Protocolo.

### **C) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO – SOCIEDADE ANTIGA FILÁRMONICA MONTEMORENSE "CARLISTA" – ESCOLA DE MÚSICA/ABRIL DE 2014**

Em nova intervenção o senhor Vereador João Marques submeteu à consideração do executivo a seguinte proposta:

*"No âmbito do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (Entidades e Organismos, Legalmente Existentes, e a Atividades de Interesse Municipal) sem fins Lucrativos, publicado no Diário da República a 8 de novembro de 2005 no Aviso n.º 7440/2005 (2ª série) página 56 e seguintes, propõe-se que nos termos a alínea b) do nº 2 do artº. 27º dos Critérios de Apoio ao Movimento Associativo, com a nova redação aprovada na Reunião de Câmara de 23 de fevereiro de 2011, seja atribuído um subsídio, para apoio ao funcionamento da escola de música, à Sociedade Antiga Filarmonica Montemorense Carlita, referente ao mês de abril/14 no valor de 671,00€, (seiscentos e setenta e um euros) de acordo com a tabela mensal enviada e abaixo sintetizada, após verificação, pela DAGF, dos fundos disponíveis e atribuição do respetivo número de compromisso."*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição do referido subsídio. Sendo que o senhor Vereador Olímpio Galvão não participou na discussão e

votação deste ponto, por impedimento legal, previsto no nº6 do artigo 55º da Lei nº75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

#### **D) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ENSEMBLE MONTEMOR – ESCOLA DE DANÇA/MARÇO E ABRIL DE 2014**

Continuando no uso da palavra o senhor Vereador João Marques apresentou a seguinte proposta:

*“No âmbito do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (Entidades e Organismos, Legalmente Existentes, e a Atividades de Interesse Municipal) sem fins Lucrativos, publicado no Diário da República a 8 de novembro de 2005 no Aviso n.º 7440/2005 (2ª série) página 56 e seguintes, propõe-se que nos termos a alínea b) do nº 2 do artº. 27º dos Critérios de Apoio ao Movimento Associativo, com a nova redação aprovada na Reunião de Câmara de 23 de fevereiro de 2011, seja atribuído um subsídio No âmbito do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (Entidades e Organismos, Legalmente á Ensemble Montemor, para apoio à escola - dança, referente aos meses de março e abril de 2014 no valor total de 910,00€, (novecentos e dez euros) de acordo com as tabelas mensais enviadas pela entidade e em anexo sintetizadas, após verificação, pela DAGF, dos fundos disponíveis e atribuição do respetivo número de compromisso.”*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição do referido subsídio.

#### **E) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ENSEMBLE MONTEMOR – ESCOLA DE MÚSICA/MARÇO E ABRIL DE 2014**

Retomou a palavra o senhor Vereador João Marques colocando à consideração do executivo a seguinte proposta:

*“No âmbito do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (Entidades e Organismos, Legalmente Existentes, e a Atividades de Interesse Municipal) sem fins Lucrativos, publicado no Diário da República a 8 de novembro de 2005 no Aviso n.º 7440/2005 (2ª série) página 56 e seguintes, propõe-se que nos termos a alínea b) do nº 2 do artº. 27º dos Critérios de Apoio ao Movimento Associativo, com a nova redação aprovada na Reunião de Câmara de 23 de fevereiro de 2011, seja atribuído um subsídio á Ensemble Montemor, para apoio à escola - música, referente aos meses de março e abril 2014 no valor total de 798,00€, (setecentos e noventa e oito euros) de acordo com as tabelas mensais enviadas pela entidade e em anexo sintetizadas, após verificação, pela DAGF, dos fundos disponíveis e atribuição do respetivo número de compromisso.”*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição do referido subsídio.

#### **F) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – GRUPO DOS AMIGOS DE MONTEMOR – APOIO À UNIVERSIDADE SÉNIOR – JANEIRO A MARÇO DE 2014**

De novo no uso da palavra o senhor Vereador João Marques apresentou a seguinte proposta:

*“No âmbito do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (Entidades e Organismos, Legalmente Existentes, e a Atividades de Interesse Municipal) sem fins Lucrativos, publicado no Diário da República a 8 de novembro de 2005 no Aviso n.º 7440/2005 (2ª série) página 56 e seguintes, propõe-se que nos termos a alínea b) do nº 2 do artº. 27º dos Critérios de Apoio ao Movimento Associativo, com a nova redação aprovada na Reunião de Câmara de 23 de fevereiro de 2011, seja atribuído um subsídio ao Grupo dos Amigos de Montemor, para apoio à Universidade Sénior referente aos meses de Janeiro a Março'13, no valor de 1305,28€ (mil trezentos e cinco euros e vinte e oito cêntimos) de acordo com os cálculos apresentados em anexo, após verificação, pela DAGF, dos fundos disponíveis e atribuição do respetivo número de compromisso.”*

*Handwritten signatures and initials.*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição do referido subsídio. Sendo que o senhor Vereador João Marques não participou na discussão e votação deste ponto, por impedimento legal, previsto no nº6 do artigo 55º da Lei nº75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

#### **G) PROPOSTA DE ADIANTAMENTO DE SUBSIDIO ORDINÁRIO ÉPOCA 2014/15 – CARDEAIS DA AVENTURA**

Em nova intervenção o senhor Vereador João Marques submeteu à consideração do executivo a seguinte proposta:

*“A Associação Cardeais da Aventura, constituída no passado dia 17 de Fevereiro de 2014, prevê no seu plano de atividades a participação em sete competições a nível Nacional, o acarreta algumas despesas.*

*Neste sentido, a referida associação, solicitou que lhe seja atribuído um adiantamento do subsídio ordinário referente à época 2014/2015, para fazer face a alguns encargos assumidos no presente ano.*

*Tratando-se de uma associação constituída recentemente, propõe-se a concessão de um adiantamento do subsídio ordinário no valor 400,00 € (Quatrocentos Euros), referente à época 2014/2015.*

*Informamos também que o referido valor será regularizado no momento de atribuição dos subsídios ordinários, época 2014/2015, que serão objeto de deliberação em reunião de Câmara.*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta de adiantamento.

#### **H) PROPOSTA DE ADIANTAMENTO DE SUBSIDIO – GRUPO UNIÃO SPORT – ATIVIDADES COMEMORATIVAS DO CENTENÁRIO**

Continuando no uso da palavra o senhor Vereador João Marques apresentou a seguinte proposta:

*“No seguimento da comunicação nº 3581/2014, relativamente à proposta de celebração de um Protocolo com o Grupo União Sport, ao abrigo do art.º 37º do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo Sem Fins Lucrativos, para apoio à realização das atividades comemorativas do centenário do Clube, serve a presente para propor um adiantamento de alguma verba, para fazer face a algumas despesas com atividades prevista para o mês de Junho.*

*O Protocolo acima referido, prevê um apoio do Município no valor global de 30.000,00 €, a liquidar em sete prestações, da seguinte forma:*

*a) Mês de maio: 5.000,00 €*

*b) Mês de junho: 5.000,00 €*

*c) Mês de Julho, Agosto, Setembro, Outubro e Dezembro: 4.000,00 €*

*Assim, propõe-se a atribuição de um adiantamento no valor de 5.000,00 € (Cinco Mil Euros), correspondendo à primeira prestação, cuja verba se encontra cabimentada com o nº 1776/2014. Informamos também que o referido valor será regularizado após assinatura do referido Protocolo.”*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções dos senhores Vereadores do PS, aprovar a proposta de adiantamento do referido subsídio.

#### **I) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO – GRUPO DOS AMIGOS DE MONTEMOR – APOIO PARA ALUGUER DE AUTOCARRO**

De novo no uso da palavra o senhor Vereador João Marques apresentou a seguinte proposta:

*“Na sequência do pedido efetuado Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo, solicitando a cedência de transporte, para uma deslocação com duração superior a 9 horas a Viseu no âmbito das atividades da Universidade Sénior, o qual o Município de Montemor-o-Novo não pode assumir, a*



referida Associação, alugou um autocarro pelo valor de 900,00€, para cumprir com os compromissos assumidos.

No âmbito do artigo 59º, do Capítulo X do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (Entidades e Organismos Legalmente existente, e a atividades de Interesse Municipal) publicado no Diário da República a 8 de Novembro de 2005 no Aviso n.º 7440/2005 (2ª série) página 56 e seguintes, propomos a concessão de um subsídio ao Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo, para apoio a esta deslocação, no valor de 675,00€ (seiscentos e setenta e cinco euros), referentes a 75% do custo, para deslocações com duração superior a 9 horas ou distâncias superiores a 700Km, nos termos do art.º 59º dos Critérios de Apoio ao Movimento Associativo, aprovados na reunião de Câmara de 23 de Fevereiro de 2011, após verificação, pela DAGF, dos fundos disponíveis e atribuição do respetivo número de compromisso.

Em cumprimento com os limites anuais estipulados, informa-se que este é o primeiro apoio solicitado pela entidade supracitada no ano de 2014.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do referido subsídio. Sendo que o senhor Vereador João Marques não participou na discussão e votação deste ponto, por impedimento legal, ao abrigo do nº6 do artigo 55º da Lei nº75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

#### **J) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – CENTRO HIPICO D. DUARTE – APOIO PARA FESTIVAIS**

Continuando no uso da palavra o senhor Vereador João Marques submeteu à consideração do executivo a seguinte proposta:

“O Centro Hípico D. Duarte promove nos dias 10 de Junho e 13 de Julho dois Festivais Hípicos, que têm como objetivos, promover e divulgar a modalidade, sensibilizando potenciais praticantes, contribuindo para a promoção do Concelho de Montemor-o-Novo a nível regional e nacional, tendo a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, desde o primeiro momento, apoiado esta importante iniciativa desportiva.

Face à importância desta iniciativa, o Centro Hípico D. Duarte solicita a concessão de um subsídio para fazer face às inúmeras despesas de organização, cujo orçamento ascende a 2.520,00 Euros.

- Neste sentido propõe-se a atribuição de um subsídio ao Centro Hípico D. Duarte, para apoio à realização do concurso acima referido, no valor de 756,00 Euros (Setecentos e Cinquenta e Seis Euros), tendo como critério base 30% do orçamento global num limite máximo de 2.400,00 € para eventos Nacionais, nos termos da alínea b) do art.º 23º dos Critérios de Apoio ao Movimento Associativo, aprovado na Reunião de Câmara de 23 de Fevereiro/11.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição do referido subsídio.

### **6. ÁREA JURIDICA E DE PESSOAL**

#### **A) REGULAMENTO MUNICIPAL DE ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO LOCAL NO CONCELHO DE MONTEMOR-O-NOVO**

Intervio seguidamente a senhora Presidente submetendo à consideração do executivo a proposta de Protocolo:

“Junto remeto a Vª. Exª a proposta de regulamento em epígrafe, a qual carece de ser aprovada pela Exmªs. Câmara e Assembleia Municipal, por força do disposto na alínea k) do nº. 1. do art.º 33º. e da alínea g) do nº. 1. do art.º 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, respetivamente.

Recordo, que entre as deliberações de ambos os órgãos deverá mediar um período de apreciação pública, nos termos do art.º 118º. do Código do Procedimento Administrativo.

**REGULAMENTO MUNICIPAL DE ESTABELECIMENTOS DE  
ALOJAMENTO LOCAL**

**NOTA JUSTIFICATIVA**

*O Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de setembro aprovou o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.*

*Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 2º e do artigo 3º daquele diploma legal, ficam os estabelecimentos de alojamentos locais obrigados a cumprir os requisitos estabelecidos na Portaria n.º 517/2008, de 25/6, agora, com a redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 138/2012, de 14 de maio.*

*Segundo o preceituado no n.º 6, do artigo 5º, da Portaria n.º 517/2008, de 25 de Junho, as Câmaras Municipais podem fixar requisitos de instalação e funcionamento para além dos previstos naquela Portaria.*

*Assim, ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, na alínea k), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de Setembro, na Portaria n.º 517/2008, de 25 de Junho com a redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 138/2012, de 14 de maio e no artigo 118.º do Código de Procedimento Administrativo, propõe-se a aprovação, do Regulamento Municipal de Estabelecimentos de Alojamento Local e a sua publicação para apreciação pública e recolha de sugestões.*

## *ÍNDICE*

### *Capítulo I - Âmbito*

#### *Artigo 1º - Objetivo*

#### *Artigo 2º - Tipologia*

#### *Artigo 3º - Regime Aplicável*

### *Capítulo II - Instalação e Funcionamento*

#### *Artigo 4º - Procedimentos de Instalação*

#### *Artigo 5º - Título*

#### *Artigo 6º - Caducidade do Registo*

#### *Artigo 7º - Renovação do Registo*

#### *Artigo 8º - Alteração da entidade exploradora ou cessação da exploração*

#### *Artigo 9º - Designação dos Estabelecimentos*

#### *Artigo 10º - Publicidade*

#### *Artigo 11º - Período de Funcionamento*

#### *Artigo 12º - Informações*

#### *Artigo 13º - Condições de funcionamento*

#### *Artigo 14º - Inspeções*

#### *Artigo 15º - Livro de Reclamações*

### *Capítulo III - Requisitos Gerais*

#### *Artigo 16.º - Capacidade*

#### *Artigo 17.º - Requisitos gerais*

#### *Artigo 18.º - Requisitos de higiene*

#### *Artigo 19.º - Requisitos de segurança*

#### *Artigo 20º - Unidades de alojamento*

#### *Artigo 21º - Equipamento Mínimo dos Quartos*

#### *Artigo 22º - Equipamento Sanitário*

#### *Artigo 23º - Zonas de estar*

#### *Artigo 24º - Cozinha*

#### *Artigo 25º - Zona de refeições*

### *Capítulo IV- Dos estabelecimentos de hospedagem em especial*

#### *Artigo 26º - Denominação*

*Artigo 27º - Receção ou portaria*  
*Artigo 28º - Restauração, Bebidas ou Comércio*  
*Artigo 29º - Serviços de pequeno - almoço ou de refeições*  
*Artigo 30º - Zona de serviços*  
*Artigo 31º - Áreas das unidades de alojamento*

*Capítulo V- Fiscalização e sanções*

*Artigo 32º - Fiscalização*  
*Artigo 33º - Contraordenações*  
*Artigo 34º - Contraordenações*

*Capítulo V- Disposições transitórias*

*Artigo 35º - Estabelecimentos existentes*  
*Artigo 36º - Entrada em vigor*

*Capítulo I*

*Âmbito e Tipologia*

*Artigo 1º*

*Objetivo*

*O presente Regulamento estabelece o regime de instalação, exploração e funcionamento de todos os estabelecimentos de Alojamento Local no Município de Montemor-o-Novo*

*Artigo 2º*

*Tipologia*

*1. Consideram-se estabelecimentos de alojamento local as moradias, os apartamentos e os estabelecimentos de hospedagem que, dispondo de autorização de utilização, prestem serviços de alojamento temporário, mediante remuneração, mas não reúnam os requisitos para serem considerados empreendimentos turísticos.*

*2. Os estabelecimentos previstos no número anterior podem ser definidos da seguinte forma:*

- a) Moradia: estabelecimento de alojamento local cuja unidade de alojamento é constituída por um edifício autónomo, de carácter unifamiliar.*
- b) Apartamento: estabelecimento de alojamento local cuja unidade de alojamento é constituída por uma fração autónoma de edifício.*
- c) Estabelecimento de hospedagem: estabelecimento de alojamento local cujas unidades de alojamento são constituídas por quartos.*

*Artigo 3º*

*Regime Aplicável*

*Todos os processos relativos a edifícios destinados à instalação e funcionamento dos estabelecimentos de alojamento local obedecem ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e ao Presente Regulamento Municipal.*

*Capítulo II*

*Instalação e Funcionamento*

*Artigo 4º*

*Procedimentos de Instalação*

*1. O funcionamento dos estabelecimentos de alojamento local depende obrigatoriamente de Registo na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.*

*2. O registo de estabelecimentos de alojamento local é efetuado mediante mera comunicação prévia para registo de estabelecimentos de alojamento local dirigida ao presidente da câmara municipal e instruída com os seguintes elementos:*

- a) Documento comprovativo da legitimidade do requerente;*

- b) Termo de responsabilidade, passado por técnico habilitado, em como as instalações elétricas, de gás e termoacumuladores cumprem as normas legais em vigor;
- c) Planta do imóvel a indicar quais as unidades de alojamento a afetar à atividade pretendida;
- d) Nome e número de identificação fiscal do titular do estabelecimento, nomeadamente para consulta em linha da caderneta predial urbana referente ao imóvel em causa.
- e) Cópia do título de utilização.

3. Quando o estabelecimento tenha capacidade para 50 ou mais pessoas, para além dos documentos referidos no número anterior, a mera comunicação prévia deve ainda ser instruída com o projeto de segurança contra riscos de incêndio, bem como termo de responsabilidade do seu autor em como o sistema de segurança contra riscos de incêndio implementado se encontra de acordo com o projeto.

4. No prazo de 60 dias após a apresentação do requerimento a que se refere o número anterior, a câmara municipal poderá realizar uma vistoria para verificação do cumprimento dos requisitos necessários.

5. Em caso de incumprimento, o registo é cancelado, devendo o interessado devolver o título no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da receção da respetiva notificação.

## Artigo 5º

### Título

- 1. A mera apresentação da comunicação prévia prevista no n.º 2 do art.º 4º. E respetivo comprovativo de entrega, constituem título válido de abertura ao público.
- 2. O documento referido no número anterior deve encontrar-se visível no estabelecimento.

## Artigo 6º

### Caducidade do Registo

O Registo do Estabelecimento de Alojamento Local caduca se:

- a) Não for renovado no prazo de 8 anos a contar da data da sua apresentação na Câmara Municipal;
- b) Não iniciar o seu funcionamento no prazo de 1 ano a contar da data referida no número anterior;
- c) Se mantiver encerrado por período superior a 1 ano;
- d) Dada utilização diferente à prevista no Registo;
- e) Forem efetuadas obras no estabelecimento.

## Artigo 7º

### Renovação do Registo

Para os efeitos de renovação do Registo, o explorador deve solicitar à Câmara Municipal, nos seis meses anteriores à caducidade, nova vistoria, tendo em vista o cumprimento do n.º4, do artigo 4º.

## Artigo 8º

### Alteração da entidade exploradora ou cessação da exploração

- 1. A alteração da entidade exploradora deverá ser comunicada à câmara municipal no prazo de 15 dias a contar da data em que ocorrer o negócio jurídico, tendo em vista a atualização do registo.
- 2. Para manter atualizado o cadastro, a cessação da exploração também deve ser comunicada no prazo referido no número anterior.

## Artigo 9º

### Designação dos Estabelecimentos

- 1. Os estabelecimentos de alojamento local não podem usar designações iguais ou, por qualquer forma, semelhantes a outros já existentes ou em relação aos quais já foi requerido o licenciamento que possam induzir em erro ou ser suscetíveis de confusão.
- 2. A competência para aprovar a designação dos estabelecimentos é da Câmara Municipal.

3. Para os efeitos referidos no número anterior, o requerimento referido no nº 2 do artigo 4º deve mencionar o nome a dar ao estabelecimento.

#### *Artigo 10º*

##### *Publicidade*

1. Em toda a publicidade, correspondência, documentação e, de um modo geral, em toda a atividade externa do estabelecimento não podem ser sugeridas características que este não possua, sendo obrigatória a referência à tipologia aprovada, devendo ser indicado o respetivo nome seguido da abreviatura “AL” ou da expressão “Alojamento Local”.
2. Em todos os estabelecimentos, o proprietário ou a entidade exploradora pode afixar, no exterior, junto ao acesso principal, uma placa identificativa, com o formato previsto no anexo I da Portaria nº 517/2008, de 25/6 e dimensões previstas no nº 2 do artº 9º da mesma Portaria.

#### *Artigo 11º*

##### *Período de Funcionamento*

1. Os estabelecimentos de alojamento local podem estabelecer livremente os seus períodos de funcionamento.
2. O período de funcionamento deve ser devidamente publicitado e afixado em local visível ao público do exterior do empreendimento.
3. O período de funcionamento dos estabelecimentos de alojamento local deve ser comunicado à Câmara Municipal.

#### *Artigo 12º*

##### *Informações*

As entidades exploradoras devem prestar aos utentes informação sobre as normas de funcionamento dos estabelecimentos de alojamento local.

#### *Artigo 13º*

##### *Condições de funcionamento*

1. A informação afixada em todos os locais de uso individual ou comum deve estar, pelo menos, em língua portuguesa e numa outra língua oficial de um dos Estados Membros da União Europeia.
2. O disposto no número anterior aplica-se a toda a documentação entregue aos utentes do estabelecimento.

#### *Artigo 14º*

##### *Inspeções*

1. Os responsáveis pela exploração devem facultar às entidades fiscalizadoras o acesso a todas as instalações do estabelecimento de alojamento local, bem como facultar os documentos justificadamente solicitados.
2. Nos casos de unidades de alojamento ocupadas, a inspeção referida no número anterior não pode efetuar-se sem que o respetivo utente esteja presente e autorize o acesso.

#### *Artigo 15º*

##### *Livro de Reclamações*

1. Os estabelecimentos de alojamento local devem dispor de Livro de Reclamações nos termos e condições estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de Novembro.
2. O original da folha de reclamação deve ser enviado à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), entidade competente para fiscalizar e instruir os processos de contra ordenação previstos no decreto-lei referido no número anterior.

### *Capítulo III*

#### *Requisitos Gerais*

## *Artigo 16º*

### *Capacidade*

- 1. A capacidade dos estabelecimentos de alojamento local é determinada pelo correspondente número e tipo de camas (individuais ou duplas) fixas instaladas nas unidades de alojamento.*
- 2. Nas unidades de alojamento podem ser instaladas camas convertíveis desde que não excedam o número de camas fixas.*
- 3. Nas unidades de alojamento podem ser instaladas camas suplementares amovíveis.*

## *Artigo 17º*

### *Requisitos gerais*

*Os estabelecimentos de alojamento local devem obedecer aos seguintes requisitos:*

- a) Estar instalados em edifícios bem conservados no exterior e no interior;*
- b) Estar ligados à rede pública de abastecimento de água ou dotados de um sistema privativo de abastecimento de água com origem devidamente controlada;*
- c) Estar ligados à rede pública de esgotos ou dotados de fossas séticas dimensionadas para a capacidade máxima do estabelecimento;*
- d) Estar dotados de água corrente quente e fria;*
- e) Estar ligados à rede pública de distribuição elétrica.*

## *Artigo 18º*

### *Requisitos de higiene*

- 1. Os estabelecimentos de alojamento local devem reunir sempre condições de higiene e limpeza.*
- 2. Os serviços de arrumação e limpeza da unidade de Alojamento, bem como a mudança de toalhas e de roupa de cama, devem ter lugar, no mínimo, uma vez por semana e sempre que exista uma alteração de utente.*

## *Artigo 19º*

### *Requisitos de segurança*

- 1. Os estabelecimentos de alojamento local devem observar as regras gerais de segurança contra riscos de incêndio previstos em legislação especial e os requisitos referidos nos números seguintes.*
- 2. Os estabelecimentos de alojamento local com capacidade inferior a 50 pessoas devem dispor de:*
  - a) Extintores e mantas de incêndios acessíveis e em quantidade adequada ao número de unidades de alojamento;*
  - b) Equipamento de primeiros socorros;*
  - c) Manual de instruções de todos os eletrodomésticos existentes nas unidades de alojamento ou, na falta dos mesmos, informação sobre o respetivo funcionamento e manuseamento;*
  - d) Indicação do número nacional de emergência (112);*
  - e) Número de telefone para contactar o explorador do estabelecimento;*
  - f) Número de telefone da corporação de bombeiros local.*
- 3. Os estabelecimentos de alojamento local com capacidade para 50 ou mais pessoas devem dispor, para além dos requisitos previstos nas alíneas b) a d) do número anterior, de um sistema de segurança contra riscos de incêndio, de acordo com o projeto apresentado, e de telefone móvel ou fixo com ligação à rede exterior.*

## *Artigo 20º*

### *Unidades de alojamento*

*As unidades de alojamento dos estabelecimentos de alojamento local devem:*

- a) Ter uma janela ou sacada com comunicação direta para o exterior que assegure as adequadas condições de ventilação e arejamento;*
- b) Estar dotadas de mobiliário, equipamento e utensílios adequados;*
- c) Dispor de um sistema que permita vedar a entrada de luz exterior;*
- d) Dispor de portas equipadas com um sistema de segurança que assegure a privacidade dos utentes.*

#### *Artigo 21º*

##### *Equipamento Mínimo dos Quartos*

*O equipamento mínimo para os quartos dos estabelecimentos de alojamento local deve permitir a fácil circulação no seu interior, e o acesso ao mesmo, devendo além de cumprir os requisitos enunciados pelo n.º 1 do artigo anterior possuir o seguinte equipamento:*

- a) Cama;*
- b) Roupeiro ou solução equivalente;*
- c) Cabides;*
- d) Cadeira ou sofá;*
- e) Mesas de cabeceira ou solução de apoio equivalente;*
- f) Luzes de Cabeceira;*
- g) Tomada de Eletricidade.*

#### *Artigo 22º*

##### *Equipamento Sanitário*

*1. Os estabelecimentos de alojamento local devem dispor, no mínimo, de uma instalação sanitária por cada três quartos, dotada de lavatório, retrete, banheira ou chuveiro, espelho e suporte de toalhas.*

*2. As instalações sanitárias dos estabelecimentos de alojamento local devem dispor de um sistema de segurança que garanta privacidade.*

#### *Artigo 23º*

##### *Zonas de estar*

*Os estabelecimentos de alojamento local podem dispor de zonas de estar com os seguintes requisitos mínimos:*

- a) Sofás e cadeiras;*
- b) Mesas ou outros que se mostrem adequados;*
- c) Iluminação elétrica;*
- d) Televisão.*

#### *Artigo 24º*

##### *Cozinha*

*1. Os estabelecimentos de alojamento local podem dispor de cozinha para uso dos hóspedes.*

*2. Nesse caso, a cozinha deve ser dotada, no mínimo, de:*

- a) Água corrente, quente e fria;*
- b) Lava-louça;*
- c) Fogão ou placa e exaustor de fumos;*
- d) Micro-ondas;*
- e) Frigorífico;*
- f) Utensílios de cozinha adequados;*
- g) Armários para víveres;*
- h) Lavandaria ou, na sua falta, máquina de lavar roupa;*
- i) Espaço ou máquina para secagem da roupa.*

#### *Artigo 25º*

##### *Zonas de refeições*

*1. Os estabelecimentos de alojamento local com cozinha para uso dos hóspedes devem dispor, também, de zonas de refeições, com os seguintes requisitos mínimos :*

- a) Mesas, cadeiras ou bancos;*
- b) Loiças e talheres;*
- c) Outros que se mostrem adequados.*



*Capítulo IV*  
*Dos Estabelecimentos de Hospedagem em Especial*

*Artigo 26º*

*Denominação*

*Os estabelecimentos de hospedagem também podem usar uma das seguintes denominações:*

- a) Hostel;*
- b) Hospedaria;*
- c) Albergue.*

*Artigo 27º*

*Receção ou portaria*

- 1. Os estabelecimentos de hospedagem devem dispor de uma receção ou portaria que deverá encontrar-se corretamente identificada podendo o serviço de atendimento ser feito automática ou presencialmente.*
- 2. A receção ou portaria deve prestar os seguintes serviços:*
  - a) Registo de entradas e saídas de hóspedes estrangeiros;*
  - b) Receção, guarda e entrega aos utentes de correspondência e de outros objetos que lhes sejam destinados;*
  - c) Anotações e transmissão aos utentes destinatários das mensagens que lhes forem dirigidas durante a sua ausência;*
  - d) Guarda das chaves das unidades de alojamento;*
  - e) Disponibilização do livro de reclamações quando solicitado;*
  - f) Disponibilização do telefone aos utentes que o queiram utilizar, quando as unidades de alojamento não disponham deste equipamento.*
- 3. Na receção ou portaria devem ser colocadas, em local visível, as informações respeitantes ao funcionamento do estabelecimento, designadamente sobre serviços que o mesmo preste e os respetivos preços.*

*Artigo 28º*

*Restauração, Bebidas ou Comércio*

- 1. As disposições do presente regulamento municipal relativas à instalação dos estabelecimentos de alojamento local são aplicáveis aos estabelecimentos comerciais e de restauração ou de bebidas que deles sejam partes integrantes.*
- 2. O disposto no número anterior não dispensa o cumprimento dos requisitos específicos relativos a instalações e funcionamento previstos na demais legislação aplicável.*
- 3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Registo do Estabelecimento de Alojamento Local substitui a permissão de funcionamento de todas as suas partes integrantes, incluindo os estabelecimentos de restauração e/ou de bebidas ou comércio, desde que a existência do estabelecimento naquele seja referida.*

*Artigo 29º*

*Serviço de pequeno-almoço ou de refeições*

- 1. Caso no estabelecimento de hospedagem seja servido pequeno-almoço ou refeições aos hóspedes este deverá estar dotado de cozinha ou copa, devendo ser dado cumprimento às disposições gerais relativas à higiene dos géneros alimentícios, sem prejuízo do cumprimento de outros requisitos impostos por legislação específica aplicável a determinadas categorias de produtos.*
- 2. A copa ou cozinha deverá possuir frigorífico, micro-ondas, lava-loiça e utensílios de cozinha.*
- 3. Havendo a prestação de um destes serviços, o estabelecimento de hospedagem deverá possuir uma área de uso comum onde tal serviço possa ser prestado, composta por mesa de refeições ou móvel adaptável para o efeito, cadeiras e sofá, loiças e talheres.*

*Artigo 30º*

## *Zonas de serviço*

*Os estabelecimentos de hospedagem devem possuir área destinada ao pessoal que deve ser composta, no mínimo, por instalações sanitárias e vestiários.*

## *Artigo 31º*

### *Área das Unidades de Alojamento*

*1. As unidades de alojamento devem dispor das seguintes áreas mínimas, de acordo com a capacidade de utilização do estabelecimento de hospedagem:*

*a) Quarto individual – 6,50 m<sup>2</sup>;*

*b) Quarto casal – 10,50 m<sup>2</sup>;*

*c) Quarto triplo – 12,00 m<sup>2</sup>;*

*2. Em todos os demais casos em que a capacidade do quarto seja superior a três hóspedes, designadamente pela utilização de beliches<sup>1</sup>, deve assegurar-se uma área mínima de 3,80m<sup>2</sup>, por cada beliche.*

*3. Os beliches devem ter uma altura livre acima do colchão no mínimo de 0,80m.*

## *Capítulo V*

### *Fiscalização e sanções*

## *Artigo 32º*

### *Fiscalização*

*Para além do disposto no artº 66º do DL nº 39/2008, de 7/3 na sua atual redação, é competência da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo verificar a existência de atividade de alojamento local sem o respetivo título, podendo esta ser verificada no local, por qualquer tipo de publicidade ou por qualquer outro meio de comunicação, bem como por violação do presente regulamento.*

## *Artigo 33º*

### *Contraordenações*

*1. As contraordenações a aplicar para o alojamento local encontram-se previstas no artº 67º do DL nº 39/2008, de 7/3.*

*2. Para além do disposto no número anterior, o não cumprimento pelo estabelecimento de alojamento local dos requisitos previstos no presente regulamento constituem contraordenações.*

*3. As contraordenações previstas no número anterior são punidas com a coima de 150 euros a 2500 euros, no caso de pessoa singular, e de 500 euros a 5000 euros no caso de pessoa coletiva.*

## *Capítulo VI*

### *Disposições Transitórias*

## *Artigo 34º*

### *Processos em curso*

*Aos processos de licenciamento em curso à data da entrada em vigor do presente regulamento aplicam-se as presentes normas.*

## *Artigo 35º*

### *Estabelecimentos existentes*

*Os estabelecimentos existentes e em funcionamento antes da entrada em vigor do presente regulamento devem satisfazer os requisitos previstos no mesmo.*

## *Artigo 36º*

### *Entrada em vigor*

*O presente regulamento entra em vigor no dia útil seguinte ao da sua Publicação.”*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Regulamento Municipal de Estabelecimentos de Alojamento Local no Concelho de Montemor-o-Novo e proceder à Abertura do Período de Discussão Pública.

## **7. AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS**

### **A) EXECUÇÃO DE 14 SUPORTES PARA BICICLETAS PARA O JARDIM DE INFÂNCIA/ESCOLA BÁSICA DE FOROS DE VALE DE FIGUEIRA**

Interveio seguidamente a senhora Vereadora Palmira Catarro submetendo à consideração do executivo a proposta de execução dos 14 suportes para bicicletas, tendo para o efeito e porque na assistência estavam os alunos da escola básica dos Foros de Vale de Figueira que vieram ouvir a deliberação sobre esta questão, solicitada a presença das técnicas da Câmara Municipal, Eng. Maria João e Anabela Ferreira para fazerem uma breve apresentação do projeto, tal como se transcreve: *“No passado dia 6 de Maio de 2014, realizou-se a sessão “Liberdade, Democracia e Poupança de Energia”, enquadrada no âmbito da Campanha “Agir pela Energia – 2014”. Pretendeu-se com a sessão:*

- Dar continuidade à iniciativa municipal “Por uma mobilidade mais sustentável”;*
- Promover comportamentos de mobilidade sustentável;*
- Fomentar a cidadania ativa através de uma sessão participativa, dado se comemora os 40 anos da “Revolução do 25 de Abril”, através da escolha pelos alunos, professores e auxiliares do estabelecimento de ensino, do local para a colocação do suporte de bicicletas.*

*A sessão teve a seguinte estrutura:*

- 1. Identificação dos meios de transporte usados pelos alunos na deslocação casa / escola.*
- 2. Dar a conhecer que iria ser colocado um suporte para estacionamento de bicicletas na escola; Vantagens do uso da bicicleta (ambiente, saúde, economia).*
- 3. Informar que seriam os utilizadores do espaço escolar a decidir qual o local para a colocação do suporte de bicicletas, através do voto.*
- 4. Paralelismo da atividade com o ato eleitoral, abordando os valores da liberdade de escolha, processo democrático (participação igualitária dos cidadãos elegíveis) e a importância deste dois valores;*
- 5. Votação, recolha e contagem dos votos.*

*Houve 53 votações, entre 60 possíveis “eleitores”, tendo participado alunos, professores e pessoal auxiliar, através do seguinte boletim de voto:*

*Por maioria, com 30 votos, o local vencedor foi o identificado com a cor azul. As fotografias abaixo reportam alguns dos momentos da sessão.*

#### *Sessão “Liberdade, Democracia e Poupança de Energia” – Conclusão*

*A 21 de Maio foi colocado o suporte de bicicletas para seis (nº máximo de alunos que até então utilizavam este meio de transporte no percurso casa / escola), pintado de azul.*

*A 28 de Maio, atualmente cerca de 20 alunos iniciaram uma mudança de comportamentos, utilizando a bicicleta no percurso casa / escola, pelo que o suporte de bicicletas não é suficiente para o nº de veículos existentes no recinto escolar.*

*Neste sentido, propõe-se a execução de um suporte de bicicletas para mais 14 equipamentos.*

*De modo complementar e conclusivo da sessão “Liberdade, Democracia e Poupança de Energia”, propõe-se ainda que a decisão da execução e colocação do novo suporte de bicicletas seja em reunião de camara (dia 11 de Junho), com a presença dos alunos do primeiro ciclo da Escola Básica dos Foros de Vale de Figueira. Deste modo, os alunos poderiam através de um caso prático, aplicado ao seu contexto escolar e de forma simbólica, perceber e conhecer a importância do poder de soberania local.*

*Caso haja concordância com a proposta, seria necessário que a reunião de câmara iniciasse a sua ordem de trabalhos com a proposta de decisão de execução dos suportes de bicicletas, de modo a que os alunos posteriormente saiam para não incomodar a prossecução normal dos trabalhos.”*

De novo no uso da palavra a senhora Vereadora Palmira Catarro agradeceu a presenças das técnicas da Câmara Municipal, bem como, a presença dos alunos e professora da escola básica dos Foros de Vale de Figueira.

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

## **B) REARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTOS NA HERDADE DA RETORTA (FREGUESIA DE CABRELA)**

De novo no uso da palavra a senhora Vereadora Palmira Catarro apresentou o seguinte processo:

*De: Sartal – Sociedade Agrícola de Repovoamento Florestal, Lda, pretende rearborizar com eucaliptos (espécie de rápido crescimento) 47, 7 ha do prédio “Herdade da Retorta” (Nº da Matriz 1 - GG, com 551,225ha), freguesia de Cabrela - (NIPG 11474/2014).*

O documento tem o seguinte despacho proferido pela senhora Vereadora Palmira Catarro: “Concordo. Envie-se o Parecer.”

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a emissão do Parecer de enquadramento no Plano Diretor Municipal e informação quanto às condicionantes legais aplicáveis no Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, conforme despacho da senhora Vereadora Palmira Catarro.

## **C) REARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTOS NA HERDADE DA PALHOTA (FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CORTIÇADAS DE LAVRE E LAVRE)**

Continuando no uso da palavra a senhora Vereadora Palmira Catarro apresentou o seguinte processo:

*De: Joaquim Duarte, pretende arborizar com eucaliptos (espécie de rápido crescimento) 5, 6 ha do prédio “Herdade da Palhota” (Nº da Matriz 52 / BB, com 42,5 ha), freguesia da União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre - NIPG 12109/2014.*

O documento tem o seguinte despacho proferido pela senhora Vereadora Palmira Catarro: “Concordo. Envie-se o Parecer.”

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a emissão do Parecer de enquadramento no Plano Diretor Municipal e informação quanto às condicionantes legais aplicáveis no Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, conforme despacho da senhora Vereadora Palmira Catarro.

## **8. PROPOSTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE N.ª SRA. DA VILA, BISPO E SILVEIRAS – RECUPERAÇÃO E REFUNCIONALIZAÇÃO DA ERMIDA DE SÃO PEDRO**

De novo no uso da palavra a senhora Vereadora Palmira Catarro submeteu à consideração do executivo a seguinte proposta:

*1 - Nos do artigo nº25.º, nº1, al.j) da Lei 75/2013, a Câmara Municipal pode deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;*

*2 - A Junta de Freguesia da União das Freguesias de N.ª Sr.ª da Vila, N.ª Sr.ª do Bispo e Silveiras efetuou uma candidatura ao PRODER – Sub-Programa 3 (Aviso n.º4012, Ação 3.2.1 – Conservação e Valorização do Património Rural), para apoio à Reconfiguração e Refuncionalização da Ermida de São Pedro da Ribeira;*

*3 - A Junta de Freguesia, tendo em conta a extrema importância de que se reveste o referido imóvel, e uma vez de que não dispõe de meios financeiros para suportar a parte não financiada, solicitou ao Município o apoio financeiro que lhe permita viabilizar o referido investimento;*

*4 - Tendo a verba acordada sido cabimentada com o número 1966/2014*

*Propõe-se a realização de um Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, nos termos da proposta anexa.*

*Protocolo de Colaboração Entre o Município de Montemor-o-Novo e a União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras*

*(Recuperação e Refuncionalização da Ermida de São Pedro da Ribeira)*  
*(cabimento nº ?????)*

*Entre:*

*Entre o Município de Montemor-o-Novo, adiante designada por MN, com sede no Largo dos Paços do Concelho, 7050-127 Montemor-o-Novo, NIPC 506609553, representado pela Presidente da Câmara Municipal, Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, portadora do Cartão de Cidadão n.º 11018520, válido até 05/01/2015,*

*E a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, adiante designada por JF, com uma das sedes no Largo Professor Dr. Banha de Andrade, 7050-111 Montemor-o-Novo, NIPC 510838308, representado pelo Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias, António Joaquim da Silva Danado, portador do Cartão de Cidadão n.º 10839672, válido até 06/03/2017.*

*E sendo que:*

*1. O MN considera que a conservação e valorização do património rural, promovida por entidades e organismos, legalmente existentes, são essenciais para o desenvolvimento local e para a melhoria das condições de vida da população, sendo uma das suas prioridades a promoção de políticas municipais dirigidas a estas atividades de interesse municipal;*

*2. O MN assume que lhe compete um papel determinante na criação de condições para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. Esse papel traduz-se, nomeadamente, no apoio ao financiamento à conservação e valorização do Património Rural Edificado. Na concretização desta política e desta atividade, o MN disponibiliza à população em geral e às entidades e organismos legalmente existentes, significativos recursos financeiros, técnicos, logísticos e ainda equipamentos e instalações. Aqueles recursos são destinados, sobretudo, quer para apoiar os programas, iniciativas e realizações correntes quer também para ações, projetos e empreendimentos de carácter estruturante, promovidos e efetivados pelos Organismos ou Entidades legalmente existentes com uma inquestionável mais-valia de interesse e utilidade pública;*

*3. O MN, ao conceder tais apoios, baseia-se em claros princípios políticos fundamentais, explicitados no respetivo Regulamento, de que se salientam:*

- ☐ *o princípio da autonomia e independência de atuação e de gestão das Entidades beneficiárias;*
- ☐ *o princípio da garantia de bom uso, nomeadamente salvaguardando a utilidade e interesse público, dos recursos públicos municipais postos à disposição das Entidades,*

*E ainda que:*

*1. A JF obteve a aprovação do Pedido de Apoio n.º208 – Recuperação e Refuncionalização da Ermida de São Pedro da Ribeira pelo Órgão de Gestão do GAL Monte – Desenvolvimento Alentejo Central, em 9 de julho de 2013, no âmbito do PRODER – Sub-Programa 3 (Aviso n.º4012, Ação 3.2.1 – Conservação e Valorização do Património Rural), recuperação e refuncionalização da Ermida de São Pedro da Ribeira.*

*2. A JF, ao efetuar as obras de conservação e refuncionalização da Ermida de São Pedro da Ribeira, não só responde a uma necessidade urgente de manutenção, mas também, permitirá responder com melhor qualidade e dinamização de zonas rurais.*

*3. A taxa de comparticipação financeira do PRODER – Sub-Programa 3 (Aviso n.º4012, Ação 3.2.1 – Conservação e Valorização do Património Rural), será de 60% do orçamento elegível aprovado, 111.854,97€.*

*4. A JF, tendo em conta a extrema importância de que se reveste o referido imóvel, e uma vez de que não dispõe de meios financeiros para suportar a parte não financiada, solicitou ao MN o apoio financeiro que lhe permita viabilizar o referido investimento.*

*5. O investimento a realizar terá como preço base o valor elegível aprovado, 111.854,97€, ao qual acrescerá o IVA.*

*É celebrado o presente Acordo de Cooperação que se regerá pelo princípio da boa fé e pelas seguintes cláusulas:*

*Cláusula 1*

*[Assinaturas manuscritas]*

1. O MN reconhece que a atividade desenvolvida pelo JF se configura como um importante contributo para a dinâmica do concelho de Montemor-o-Novo, contributo esse considerado essencial para o bem estar da comunidade Montemorense. Dessa forma, a atividade desenvolvida tem um evidente interesse municipal e público.
2. A JF entende que a colaboração com o MN é determinante para potenciar a atividade que desenvolve e os objetivos que persegue bem como para garantir o correspondente e necessário equilíbrio financeiro da entidade.
3. O presente Acordo define as condições, incluindo os direitos e obrigações das partes outorgantes, em que o MN concede uma comparticipação financeira, ao abrigo do artigo nº25.º, nº1, al.j) da Lei 75/2013, para apoio à Recuperação e Refuncionalização da Ermida de São Pedro da Ribeira.

#### *Cláusula 2*

O MN concede à JF, um apoio financeiro até ao montante máximo de 68.000,00€, (sessenta e oito mil euros), com o cabimento nº XXX, para fazer face às despesas não elegíveis da candidatura submetida ao PRODER, e ainda no apoio à comparticipação do Beneficiário.

#### *Cláusula 3*

O apoio financeiro, até ao montante máximo referido na cláusula anterior, será progressivamente concedido pelo MN, em 6 prestações mensais de 9.800€, com início no mês de junho de 2014 e até novembro de 2014, sendo que a última prestação, a transferir em dezembro de 2014 será de 9.200€. Os pagamentos mensais serão disponibilizados mediante a apresentação dos comprovativos da despesa efetuada, podendo sofrer alterações tendo em conta a despesa efetiva.

#### *Cláusula 4*

A JF obriga-se a:

- a) Efetuar as diligências que considere adequadas à efetiva realização dos trabalhos, designadamente contratando os profissionais adequados para o efeito e acordando com eles as condições contratuais que tiver por mais oportunas para a sua realização;
- b) Solicitar, se exigido, a prévia aprovação e licenciamento da obra apresentando os elementos técnicos necessários.
- c) Apresentar mensalmente relatório de execução da operação financiada, bem como o relatório final.
- d) Garantir o pagamento integral da operação.
- e) Colaborar no âmbito de atividades de carácter cultural, e social promovidas pelo Município ou por instituições integradas pelo Município, em condições a definir em acordo específico;
- f) Publicitar o apoio do Município.
- g) Prestar todas as informações bem como apresentar comprovativos da efetiva realização da despesa acerca da execução deste protocolo sempre que solicitados pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

#### *Cláusula 5*

O MN poderá disponibilizar, fundamentadamente, outro tipo de apoio, nomeadamente apoio técnico e logístico, os quais deverão ser contabilizados e considerados na conta de execução orçamental.

#### *Cláusula 6*

No caso de incumprimento dos compromissos que para si decorrem da assinatura do presente Protocolo, a JF constitui-se imediatamente na obrigação de indemnizar o MN, pelo mesmo valor do apoio que lhe for concedido.

#### *Cláusula 7*

*As dívidas e/ou omissões que resultarem da aplicação deste Protocolo serão resolvidas por acordo escrito entre as partes outorgantes.*

#### **Cláusula 8**

*O presente Protocolo entra em vigor à data da sua assinatura e é válido até à conclusão da referida intervenção.”*

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. O documento remete-se à Assembleia Municipal para deliberação.

### **9. PROPOSTAS DE ATAS Nº09 DE 30/04/14, Nº10 DE 14/05/14 E Nº11 DE 28/05/14**

#### **PROPOSTA DE ATA NÚMERO NOVE, REFERENTE À REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E CATORZE**

Tendo o texto da Ata em epígrafe sido previamente distribuído entre todos os membros do Executivo foi dispensada a sua leitura, de harmonia com o disposto no decreto-lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

A referida Ata foi aprovada por unanimidade, tendo-lhe sido introduzidas alterações, de harmonia com o disposto no artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

#### **PROPOSTA DE ATA NÚMERO DEZ, REFERENTE À REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA CATORZE DE MAIO DE DOIS MIL E CATORZE**

Tendo o texto da Ata em epígrafe sido previamente distribuído entre todos os membros do Executivo foi dispensada a sua leitura, de harmonia com o disposto no decreto-lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

A referida Ata foi aprovada por unanimidade, tendo-lhe sido introduzidas alterações, de harmonia com o disposto no artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

#### **PROPOSTA DE ATA NÚMERO ONZE, REFERENTE À REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE MAIO DE DOIS MIL E CATORZE**

Tendo o texto da Ata em epígrafe sido previamente distribuído entre todos os membros do Executivo foi dispensada a sua leitura, de harmonia com o disposto no decreto-lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

A referida Ata foi aprovada por unanimidade, tendo-lhe sido introduzidas alterações, de harmonia com o disposto no artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

### **10. ATENDIMENTO DE MUNICÍPES**

Neste ponto da ordem de trabalhos de atendimento de munícipes, compareceram os munícipes: Custódio Leal, Maria Fernanda Pires e a Associação Cardeais da Aventura questionando o executivo.

Assim, o munícipe Custódio Leal questionou o executivo sobre o ponto de situação da adjudicação do Bar das Piscinas Recreativas Municipais. Se já existe alguma decisão sobre esta questão.

Disse a senhora Presidente, que o processo encontra-se ainda em análise e que quando houver uma decisão será contactado com a informação disponível sobre esta questão.

*[Assinaturas manuscritas]*



Compareceu também a munícipe Maria Fernanda Pires, questionando também o ponto de situação da adjudicação do Bar das Piscinas Municipais Recreativas, pois recebeu um ofício da Câmara Municipal e não compreendeu muito bem, referindo que as Piscinas vão abrir ao público já na próxima terça-feira, dia dezassete do corrente mês e ter o Bar encerrado também não dá bom aspeto. Interveio novamente a senhora Presidente referindo que no decorrer do processo houve uma reclamação, por parte de um dos concorrentes e que neste momento estão a decorrer os trâmites normais e legais, em termos de prazos, para análise do processo. O ofício que recebeu, diz isso mesmo, que a reanálise da situação é proveniente da reclamação que foi apresentada e que existem prazos legais que têm que ser respeitados. Assim que houver uma decisão final todos os interessados serão informados da decisão tomada.

Compareceram ainda os representantes da Associação Cardeais da Aventura, da qual interveio o Sr. Pedro Saúde, sobre a Pista de Motocross, disse que foi-lhes indicado como possível localização da Pista, o terreno da antiga lixeira municipal, no entanto, entendem que este terreno é pequeno e com perigo de resíduos tóxicos, ainda provenientes da antiga lixeira. Disseram que do lado oposto, aí sim, tem uma área maior e mais adequada para o que pretende.

Interveio seguidamente o senhor Vereador João Marques referindo que uma localização possível seria efetivamente um terreno na Herdade da Adua, afastado dos Casais da Adua, para evitar acidentes com moradores e utilizadores das estradas rurais ali existentes, disse que esta possível solução está em análise. Salientou ainda, que efetivamente, numa primeira análise, equacionou-se a possibilidade de construir a Pista no terreno da antiga lixeira, mas dadas as circunstâncias e as justificações apresentadas também partilha da opinião de que aquele terreno é pequeno para o que se pretende, pois ou se faz uma coisa bem feita ou não vale a pena fazer e queremos fazer bem feito. Interveio seguidamente o Sr. Paulo Bastos, também representante da Associação, agradecendo a disponibilidade da Câmara Municipal e referindo que também pretendem uma coisa bem feita, com as condições necessárias à prática desportiva desta modalidade, porque esta atividade atrai muitas pessoas a Montemor-o-Novo.

De novo no uso da palavra o senhor Vereador João Marques disse que a Câmara Municipal tem que analisar bem esta questão, referindo que também esta atividade, tal como outras, trás pessoas a Montemor, movimenta a economia local e o concelho.

#### **Aprovação da ata em minuta**

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pela senhora Presidente encerrada a reunião eram vinte e uma horas, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta ata em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco, barra de dois mil e treze, de doze de Setembro, na sua atual redação.

E eu, Mónica da Conceição Tregeira Coelho Cardoso, Assistente Técnica, a redigi e subscrevo.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



A ASSISTENTE TÉCNICA

